

Cadernos da Comunicação  
Série Memória

# **Diário Carioca**

## **O máximo de jornal no mínimo de espaço**

**RIO**



**PREFEITURA**

Secretaria Especial de Comunicação Social

Agradecemos a colaboração dos jornalistas que, com seus depoimentos, enriqueceram a pesquisa sobre a história do Diário Carioca: Ana Arruda, Araquém Moura, Carlos Alberto Castelo Branco, Fabiano Villanova, Francisco Alao Barreto, Fichel Davit, Gilson Campos, Jorge Guilherme Pontes, José Louzeiro, José Ramos Tinhorão, Luís Edgard de Andrade, Mário da Cunha, Milton Coelho da Graça, Nilo Braga, Nilo Dante e Renato Jobim.

Diário Carioca : O máximo de jornal no mínimo de espaço.  
– Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social, 2003.

116 p.: — (Cadernos da Comunicação. Série Memória; v.9)

ISSN 1676-5508

Inclui bibliografia.

1. Diário Carioca – História. I. Secretaria  
Municipal de Comunicação Social.

CDD 079.8153

Os *Cadernos da Comunicação* são uma publicação da Secretaria Especial de Comunicação Social da Prefeitura do Rio de Janeiro.  
Novembro 2003

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro  
Rua Afonso Cavalcanti 455 – bloco 1 – sala 1.372  
Cidade Nova  
Rio de Janeiro – RJ  
CEP 20211-110  
e-mail: cadernos@pcrj.rj.gov.br

Todos os direitos desta edição reservados à Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita da Prefeitura.

**RIO**



**PREFEITURA**

**Secretaria Especial de Comunicação Social**

**Prefeito**

Cesar Maia

**Secretária Especial de Comunicação Social**

Ágata Messina

**CADERNOS DA COMUNICAÇÃO**

**Série Memória**

**Comissão Editorial**

Ágata Messina

Helena Duque

Leonel Kaz

Regina Stela Braga

**Edição**

Regina Stela Braga

**Redação e pesquisa**

Andrea Coelho

Anette Silva

**Revisão**

Alexandre José de Paula Santos

**Projeto gráfico e diagramação**

Marco Augusto Macedo

**Capa**

Carlos Amaral/SEPE

Marco Augusto Macedo

## *CADERNOS DA COMUNICAÇÃO*

### **Edições anteriores**

#### Série Memória

- 1 - Correio da Manhã – Compromisso com a verdade
- 2 - Rio de Janeiro: As Primeiras Reportagens – Relatos do século XVI
- 3 - O Cruzeiro – A maior e melhor revista da América Latina
- 4 - Mulheres em revista – O jornalismo feminino no Brasil
- 5 - Brasília, capital da controvérsia – A construção, a mudança e a imprensa
- 6 - O Rádio Educativo no Brasil
- 7 - Última Hora – Uma revolução na imprensa brasileira
- 8 - Verão de 1930-31: Tempo quente nos jornais do Rio

#### Série Estudos

- 1 - Para um Manual de Redação do Jornalismo On-Line
- 2 - Reportagem Policial – Realidade e Ficção
- 3 - Fotojornalismo Digital no Brasil – A imagem na imprensa da era pós-fotográfica
- 4 - Jornalismo, Justiça e Verdade
- 5 - Um olhar bem-humorado sobre o Rio nos anos 20
- 6 - Manual de Radiojornalismo
- 7 - New Journalism – A reportagem como criação literária
- 8 - A Cultura como Notícia no Jornalismo Brasileiro

Desde o primeiro número, o novo jornal que começou a circular no Rio de Janeiro em julho de 1928 não escondia a sua vocação e principal finalidade: o Diário Carioca era um matutino eminentemente político e tinha por objetivo fazer oposição ao governo de Washington Luís. Ele apoiou a revolução de 30, encarando-a como solução para os problemas nacionais, mas logo depois rompeu com a situação, enumerando os males trazidos ao país pelo Governo Provisório.

Por conta de suas posições contrárias ao establishment, o jornal chegou a ser empastelado, ficou dias sem circular e, segundo diziam à época, o seu fundador, José Eduardo de Macedo Soares, correu risco de vida. Sem nunca se afastar de sua linha combativa, o Diário Carioca, em sua curta existência de 37 anos, promoveu campanhas, defendeu reivindicações do funcionalismo público, lutou pela liberdade de imprensa e pelos princípios legalistas.

Para o Diário Carioca, a imprensa tinha a missão de ser, a um só tempo, porta-voz e orientadora da opinião popular. Foi oposição quando sentiu que seus princípios estavam sendo traídos e aproximou-se da situação quando achou que as grandes questões nacionais estavam acima das paixões políticas. Nos seus editoriais, sempre deixou claro que o jornal era movido pela “necessidade de bem servir ao país”, mesmo que, às vezes, fosse obrigado a assumir atitudes perigosas e dramáticas.

Já nos anos 50, sempre mantendo o seu importante papel político, o Diário Carioca inovou na forma de se fazer jornal: foi responsável por uma importante reforma visual, criou o primeiro Manual de Redação, trouxe para o Brasil técnicas de redação originalmente desenvolvidas nos Estados Unidos, como o uso do lide e aproximou o texto escrito da fala corrente.

Para lembrar a história do Diário Carioca, os Cadernos da Comunicação buscaram subsídios em arquivos oficiais e na memória de alguns das centenas de jornalistas que trabalharam na sua redação. São todos profissionais que viveram o cotidiano daquele jornal, cuja marca se tornou indelével na vida de cada um deles.

CESAR MAIA  
Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro

*Já naqueles tempos da  
Praça Tiradentes, o Diário Carioca  
era a risonha, franca e barulhenta  
escola de Pompeu de Souza.*

Otto Lara Resende

# Sumário

|   |     |
|---|-----|
| 1. O Diário e a História . . . . .            | 9   |
| Vocação política . . . . .                    | 10  |
| Revolução de 30. . . . .                      | 15  |
| O início da Era Vargas . . . . .              | 17  |
| Comunistas e fascistas . . . . .              | 21  |
| O Estado Novo . . . . .                       | 25  |
| A volta da democracia . . . . .               | 36  |
| Um atentado muda os rumos da Nação . . . . .  | 38  |
| De mudança para Brasília . . . . .            | 44  |
| 2. A história do Diário . . . . .             | 53  |
| Ana Arruda . . . . .                          | 54  |
| Araquem Moura . . . . .                       | 57  |
| Carlos Alberto Castelo Branco . . . . .       | 60  |
| Fabiano Villanova . . . . .                   | 63  |
| Fichel Davit . . . . .                        | 67  |
| Francisco Alaor Barreto . . . . .             | 69  |
| Gilson Campos . . . . .                       | 71  |
| Jorge Guilherme Pontes . . . . .              | 74  |
| José Louzeiro . . . . .                       | 77  |
| José Ramos Tinhorão . . . . .                 | 81  |
| Luís Edgard de Andrade . . . . .              | 84  |
| Mário da Cunha . . . . .                      | 87  |
| Milton Coelho da Graça . . . . .              | 89  |
| Nilo Braga . . . . .                          | 92  |
| Nilo Dante . . . . .                          | 95  |
| Renato Jobim . . . . .                        | 98  |
| 3. Como contar uma história . . . . .         | 101 |
| Regras de Redação do Diário Carioca . . . . . | 104 |
| 4. Bibliografia . . . . .                     | 115 |





# O Diário e a História



## Vocação política

A República se tornara vitoriosa no Brasil, em 1889, como um movimento de elites que tinha entre suas prioridades liberar os interesses dos principais estados da Federação, particularmente São Paulo, da centralização do Império. Já no início do século XX, o cenário se enriqueceu com a presença de novos personagens sociais, com os movimentos sindical e operário, os empresários, a nova classe média, surgida das profissões liberais e da administração pública, e a intelectualidade.

Com as greves operárias de 1917, 1918 e 1919, inicia-se uma eclosão de movimentos sociais, culturais e militares. Essa verdadeira ebulição política e cultural atinge o seu ápice com a rebelião tenentista de 1922, com a Semana de Arte Moderna, enfim, com a busca de um modelo pelo qual fosse possível reinventar o país e a sua República.

Embora tenha sido eficiente durante grande parte do período até 1930, a estrutura republicana tinha seus pontos de fragilidade. E à medida que as cidades cresciam, acelerava-se o processo de urbanização das grandes capitais e outras classes sociais – como os operários, por exemplo – ganham expressão política. Da mesma forma, as divergências entre grupos dominantes em cada Estado tornavam-se cada vez mais incontrolláveis e, com frequência, as Forças Armadas eram chamadas a intervir nos estados em que o contexto político se apresentasse desfavorável e ameaçador.

Era esse o contexto do país quando surgiu o Diário Carioca, em 17 de julho de 1928, que, desde o primeiro número, já se caracterizava como de natureza essencialmente política. O jornal nasceu com a finalidade precípua de fazer oposição ao governo de Washington Luís. Seu fundador, Jorge Eduardo de Macedo Soares, de tradicional família fluminense, ha-

via saído da Marinha para a política e, posteriormente, para a imprensa, abandonando a carreira militar no posto de primeiro-tenente. Fundara, em 1912, O Imparcial. Embora suas atividades políticas durante a República Velha estivessem vinculadas ao poder institucionalizado, a partir de dado momento Macedo Soares passou a refletir uma das correntes de oposição à estrutura política vigente. Tanto que o primeiro número do Diário Carioca deveria ter saído a 5 de julho, para comemorar o sexto aniversário do levante dos 18 do Forte.

Ao lado do fundador e também diretor, o novo jornal tinha em sua equipe inicial Alberto Burle de Figueiredo na gerência, Leônidas de Resende na chefia da redação, Osório Borba como secretário, e Antenor Guimarães. Entre os primeiros colaboradores destacavam-se Evaristo de Moraes, Virgílio de Melo Franco, Humberto de Campos e Adolfo Bergamini.

De acordo com Macedo Soares, o objetivo do jornal era “servir ao país, traduzindo lealmente seus sentimentos, esclarecendo e interpretando as correntes de opinião, e assumindo com honestidade e firmeza a parcela de responsabilidade que lhe coubesse nas lutas da política brasileira”.

Washington Luís foi eleito em 1926. Para sua sucessão, um dos preferidos era o governador de Minas Gerais, Antonio Carlos de Andrada, que chegou a declarar ser preciso fazer a revolução antes que o povo a fizesse. Mas o candidato do presidente era Julio Prestes, governador de São Paulo e líder do Governo no Congresso. Por isso, o prazo para deflagração do processo para escolha do candidato oficial foi adiado sucessivas vezes. Em meados de 1929, um ano após a fundação do Diário Carioca, Minas Gerais obteve o apoio do Rio Grande do Sul e, em setembro, é lançada a Aliança Liberal,

com a chapa Getulio Vargas-João Pessoa, em oposição aos candidatos da Reação Conservadora, Júlio Prestes e Vital Soares.

O programa da Aliança Liberal refletia as aspirações de grupos não associados diretamente ao café: defendia a necessidade de se incentivar a produção nacional em geral e combatia as políticas de valorização em nome da ortodoxia financeira. Além disso, propunha alguns direitos trabalhistas básicos e insistia na defesa das liberdades individuais, da anistia e da reforma política.

### AS MANIFESTAÇÕES EM SÃO PAULO

As manifestações recebidas em São Paulo pelos candidatos da Aliança Liberal, na eloquência das suas pompas, exprimem a gravidade e a extensão da imensa crise econômica que sacode o grande estado nos próprios alicerces.

Um povo que vê comprometida a sua fortuna, sacrificado o seu esforço, roubado o produto de suas economias pelas aventuras insensatas de governos incapazes se não têm abolidas todas as manifestações de vitalidade, não se pode conformar, nem se manter indiferente, diante de tamanha calamidade.

A presença dos srs. Getulio Vargas e João Pessoa na capital do próprio estado, foi a centelha que fez deflagrar através do entusiasmo mais caloroso, o protesto de uma população contra os sacrifícios que lhe vão sendo impostos. (...)

*DC*, 9 de janeiro de 1930.

### NO DIA 1º DE MARÇO VAI FERIR-SE O GRANDE DUELO ENTRE A LIBERDADE E O DESPOTISMO!

Sagrando, nas urnas, os candidatos da Aliança Liberal, o povo defende a sua liberdade, os seus legítimos interesses e reivindica a sua própria soberania! Votar em Getulio Dornelles Vargas e João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, para presidente e vice-presidente da República; em José Joaquim Seabra, para senador; e

Francisco Antonio Rodrigues de Salles Filho, para deputado pelo segundo distrito; tereis, assim, contribuído para reerguer o Brasil e moralizar o regime!

*DC*, 26 de fevereiro de 1930.

### O SR. WASHINGTON LUÍS PROFETIZOU EM 1928 A VITÓRIA ELEITORAL DO SR. GETULIO VARGAS!

Justificando a preferência que deve ter o nome do eminente sr. Getulio Vargas para o cargo de presidente da República nas eleições de 1º de março, o eleito brasileiro não tem outra coisa a fazer senão louvar-se no testemunho insuspeito, irrecusável e esmagador do próprio sr. Washington Luís em um discurso que proferiu em 1928:

“Conheci eu, e muito bem, as grandes qualidades de espírito e de caráter que já vos tinham levantado líder na digna, altiva e devotadamente republicana representação riograndense do sul, as quais, sem a menor dúvida vos levariam a outros mais altos e mais dedicados postos, bem cedo para vós. (...)”

*DC*, 28 de fevereiro de 1930.

Julio Prestes venceu as eleições em 1º de março de 1830 e parecia que as eleições regionais seriam revistas. Mas essa não era a posição unânime dos membros da Aliança Liberal, entrecortada por grupos de diferentes gerações, colocações ideológicas e interesses políticos.

### A VITÓRIA CARIOCA

Os resultados do pleito conhecidos até a hora em que estou traçando estas linhas, evidenciam a vitória da chapa Getulio Vargas, João Pessoa, sobre a dos reacionários.

Houve, infelizmente, uma abstenção condenável. O eleitorado deveria comparecer, em massa, às urnas e não o fez. Dir-se-á que, em todos os pleitos, há sempre uma abstenção de 50% dos eleitores. Mas dir-se-

ia esperar que, na eleição de ontem, essa percentagem de ausentes diminuísse. Falta de entusiasmos pela grande causa? Absolutamente não, porque as recepções de Antonio Carlos, Getulio Vargas e João Pessoa demonstram justamente o contrário. A abstenção é um resultado da convicção do povo de que são inúteis no Brasil os pleitos eleitorais para presidente e vice-presidente da República, desde que os juizes da eleição nela tomam parte e já vão para o Congresso apurados com o seu voto comprometido. O povo se convenceu de que só há um meio de vencer o despotismo: a revolução. E é esta a causa verdadeira do não comparecimento de votantes às seções eleitorais.(...)

*DC*, 2 de março de 1930.

Contribuíram para a radicalização dos oposicionistas as medidas retaliadoras que compreendiam desde o movimento de tropas federais no Estado de Minas Gerais até a censura e violação de correspondência, demissões sumárias de funcionários federais ligados ao situacionismo estadual e pressões econômicas impostas pelo Banco do Brasil. A queda do preço do café, a retração do consumo e uma safra que superava em três vezes a dos anos anteriores levaram os fazendeiros paulistas a se indispor com Washington Luís e a participar da crise final da República Velha.

#### A MENTIRA OFICIALIZADA

Em toda a parte e em todos os tempos, a palavra oficial, a afirmação solene de um fato, pelo governo de um país, mereceu o crédito que se supõe devam ter os homens que governam os povos.

No Brasil, sob o guante do sr. Washington Luís, esse postulado desapareceu. O governo brasileiro por intermédio do seu primeiro magistrado não se peja de mentir, de ilaquear a boa-fé do povo, ministrando-lhe informações falsas, revoltantemente mentirosas, quando os próprios fatos ao alcance de todos os cidadãos se encarregam de dar-lhe o mais solene desmentido.

A Secretaria do Palácio do Catete publica nos jornais da gamela julista resultados fantásticos da eleição presidencial, afirmando, com a responsabilidade do nome do próprio sr. Washington Luís, que a votação obtida pelo seu candidato e até agora apurada é de quase o dobro da que obteve o sr. Getulio Vargas. (...)

*DC, 7 de março de 1930.*

## Revolução de 30

A revolução que ficaria conhecida como a Revolução de 30 estourou no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais, no dia 3 de outubro de 1930, e, no Nordeste, sob o comando de Juarez Távora, no dia 4 de outubro. O Diário Carioca apoiou o movimento, vendo nele a solução para os problemas do país. Dias antes de sua eclosão, um encontro de líderes da Aliança Liberal foi realizado na própria redação do jornal. Dele participaram, entre outros, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, João Pessoa, os Lima Cavalcanti, Café Filho, Getulio Vargas e Juarez Távora. Em 24 de outubro, a primeira página do jornal estampava: “A Redenção Brasileira - Vitoriosa em todo o País a Cruzada Santa da Liberdade Nacional”. Acrescentava ainda que a nação reagira aos “40 anos de opróbios e vilipêndios culminados neste governo”. “A nação respira.” Por fim, o jornal destacava a ação dos generais Mena Barreto, Leite de Castro e João Gomes Ribeiro, no Rio de Janeiro.

Dentre os fatores que levaram à Revolução de 30, em primeiro lugar está a emergência de uma classe média, do tenentismo, de uma incipiente burguesia e do movimento operário, todos insatisfeitos com a República Velha. Além disso, os demais estados da Federação não aceitavam a exclusão imposta a eles por São Paulo e Minas Gerais. Os outros setores econômicos – charqueadores, produtores de açúcar, de cacau, de borracha, de arroz, os industriais, etc. – não viam com bons olhos a política

de priorização do café já que, para eles, os incentivos oferecidos pelo governo eram pequenos.

A crise mundial de 29 aumentou a insatisfação desses setores. A valorização do café havia atingido níveis absurdos, a ponto de o Brasil produzir quase duas vezes mais do que a capacidade de absorção do mercado mundial. Começaram desentendimentos entre os próprios membros da situação, que por anos estiveram coesos, culminando no racha das oligarquias para a sucessão de 30. De um lado, na Aliança Liberal, Getúlio Vargas; do outro, na Concentração Conservadora, Júlio Prestes. Parte da elite que por anos esteve unida estava agora na chapa oposicionista, aliada aos demais setores sociais.

A eleição de Júlio Prestes parecia ter acalmado os ânimos. Entretanto, ao reabrir-se o Congresso, a 3 de maio, verificaram-se sérias divergências entre parlamentares da oposição e a maioria governista. Um fato imprevisto agravou a crise que se havia reacendido: foi assassinado a 26 de julho, numa confeitaria do Recife, o governador da Paraíba, João Pessoa. Embora o crime tenha sido motivado por questões da política local, João Pessoa figurava como candidato à vice-presidência, junto com Getúlio Vargas, o que fez com que sua morte causasse uma grande comoção nacional. Foi o pretexto que faltava para a eclosão da Revolução, cujas causas, no entanto, eram mais profundas.

No dia determinado, 5 de outubro de 1930, Osvaldo Aranha e Flores da Cunha iniciaram o movimento tomando, com apenas 50 homens, o quartel-general de Porto Alegre. Ao mesmo tempo, eclodia a revolução em Minas Gerais e na Paraíba.

Em Recife, Juarez Távora destituiu o governador de Pernambuco, Estácio Coimbra, e logo o Norte e o Nordeste do país estavam em poder dos revolucionários. Juarez Távora partiu então em direção à região Sudeste, atravessando Alagoas, Sergipe e atingindo a Bahia.



No Sul, as forças revolucionárias comandadas por Getúlio Vargas depois de enfrentarem pequena resistência no Rio Grande do Sul, encaminharam-se em direção a Santa Catarina e Paraná. Góis Monteiro, comandante-geral do movimento armado, instalara-se no norte do Paraná e planejava um ataque às forças militares fiéis a Washington Luís em São Paulo. Antes que isso ocorresse, porém, os generais Tasso Fragoso, Mena Barreto e Leite de Castro, e o almirante Isaías Noronha depuseram o presidente da República e constituíram uma junta provisória de governo, cuja duração levou o tempo da chegada dos 3 mil soldados gaúchos ao Rio de Janeiro. Getúlio Vargas surgiu logo em seguida, ostentando um uniforme militar, e o triunfo foi celebrado com os militares gaúchos amarrando as rédeas dos cavalos no obelisco da Avenida Central.

## O início da Era Vargas

Getúlio foi empossado em 3 de novembro do mesmo ano e o país se colocou no rumo da modernização e da democratização social. Mas a forma autoritária que presidiu a Revolução de 30 se tornou uma herança de difícil administração. Já em novembro, José Eduardo de Macedo Soares, no *Diário Carioca*, conclamava o Governo Provisório a seguir seu programa e a cumprir suas promessas: “O governo deve agir de acordo com o preestabelecido, a nação o espera impacientemente”. Dias depois, o editorial “Governo em Férias” advertia que “o sr. presidente da República não deve confundir atos do governo (onde é parcimonioso) com benefícios da Revolução (onde abusa indevidamente). As férias do governo se prolongam, impedindo o começo de um esforço útil e de um trabalho proveitoso tendente ao menos a cumprir a lei orgânica do governo federal”.

No princípio do mês de dezembro, o *Diário Carioca* rompia com a situação, criticando a gestão do Governo Provisório: “uma administração incompetente e uma política mesquinha”. O governo re-

volucionário era visto como uma “marcação de passo”. Pouco mais tarde, o número que trazia o editorial “Balaio de Caranguejos” foi impedido de sair. Mesmo assim, o editorial circulou pela cidade através de milhares de provas impressas nas próprias oficinas do jornal. A partir daí, Macedo Soares manteve-se em oposição constante ao Governo Provisório.

A revolução institucionalizou-se sob a forma corporativa, pregando uma cultura de colaboração e de harmonia entre as classes sociais, dirigida por um estado que seria o representante geral da nação. O liberalismo era considerado uma ideologia anacrônica. Em janeiro de 1932, Horácio de Carvalho Júnior havia assumido o cargo de diretor-presidente do Diário Carioca, ficando Macedo Soares com a orientação política do jornal. Os maiores ataques eram contra os “tenentes”, investidos “nos cargos mais importantes, como estando com a faca e o queijo na mão”. O próprio Macedo Soares participou da fundação do Clube 24 de Fevereiro, criado em 16 de fevereiro de 1932 para defender a reconstitucionalização do país e se opor ao Clube 3 de Outubro, a mais importante associação tenentista.

O clube recém-fundado pretendia realizar uma manifestação nas escadarias do Teatro Municipal no dia 24 de fevereiro, data em que foi aprovada a Lei Eleitoral, primeiro passo para a convocação de uma assembléia nacional constituinte. Nesse mesmo dia, Macedo Soares afirmou que o Clube 3 de Outubro tinha por finalidade “sustentar pela violência um regime de poderes discricionários que Getúlio Vargas planejava prolongar no país”. Não podendo contar com os civis liberais nem com os democratas, Getúlio teria passado a utilizar-se de um sistema militarista aproveitando-se da legenda de heroísmo e abnegação dos antigos revolucionários e do interesse e da ambição dos novos.

A habilidade verbal e política de Getúlio não foi, entretanto, suficiente para contornar as divergências que começaram a surgir

dentro do movimento vitorioso, ameaçando-lhe a integridade. Já em 1932, o Diário Carioca passou a fazer oposição ao governo provisório. A reação foi rápida. No dia 25 de fevereiro, um grupo de oficiais e três caminhões de soldados, chefiados pelo filho de Pedro Ernesto Batista (então interventor no Distrito Federal), depredou a redação do jornal, que ficava, então, na Praça Tiradentes. Além de grandes prejuízos materiais, dois empregados do jornal sofreram ferimentos. O Diário Carioca foi forçado a suspender sua circulação por algum tempo.

A crise desencadeada com o empastelamento foi grande. Maurício Cardoso, ministro da Justiça, que tinha conseguido pôr fim à censura à imprensa, e Batista Luzardo, chefe de polícia do Distrito Federal, protestaram. Getúlio, entretanto, mostrou-se reticente em relação a que atitude tomar. Maurício Cardoso exigia o prosseguimento do inquérito. O ministro da Guerra, José Fernandes Leite de Castro, e o próprio Vargas, apoiados por líderes tenentistas, voltaram a preconizar o retorno à censura, como medida profilática para casos semelhantes. Os gaúchos João Neves da Fontoura, Maurício Cardoso, Batista Luzardo e Lindolfo Collor, todos políticos ligados ao Governo Provisório, foram contra a medida. O impasse acabou por forçá-los a renunciar coletivamente no dia 3 de março, em acordo com Flores da Cunha, então interventor no Rio Grande do Sul.

As tentativas de conciliação política tiveram início com um Heptálogo preparado por Assis Brasil, que pedia o retorno à Constituição de 1891 no tocante aos direitos dos cidadãos, para que dessa forma se punissem os autores do empastelamento do Diário Carioca. Seguiu-se um Decálogo, enviado a Vargas por Borges de Medeiros e Raul Pilla, no qual eram pedidos, entre outras coisas, a abertura de inquérito sobre o atentado ao Diário Carioca, o afastamento de Pedro Ernesto da prefeitura do Distrito Federal, a realização de eleições para a Assembléia Nacional Constituinte até 31 de dezembro e a liberdade de imprensa. Getúlio não deu mais que respostas

evasivas tanto ao Heptálogo como ao Decálogo. Tentou, entretanto, reconciliar-se com os gaúchos, oferecendo a Flores da Cunha o Ministério da Justiça, que este recusou.

Soube-se, posteriormente, que Macedo Soares deveria ter sido eliminado durante o empastelamento de seu jornal, tendo escapado por estar em Petrópolis na ocasião. Para alguns historiadores, o ataque ao Diário Carioca foi uma resposta à decretação do Código Eleitoral de 24 de fevereiro de 1932, que não era senão uma concessão de Getúlio aos defensores da reconstitucionalização rápida, contrária por sua vez aos interesses tenentistas. O empastelamento teria sido uma etapa da luta entre as oligarquias e o tenentismo em torno do problema da constitucionalização.

Em 5 de abril de 1932, o Diário Carioca voltou a circular. Macedo Soares responsabilizou o governo da República pelo empastelamento, realizado por oficiais comandando soldados munidos de armas “que a Nação lhes confiou para sua defesa”. Para Macedo Soares, a revolução havia sido feita a fim de que se instaurasse uma democracia livre, um regime civil voltado para os ideais da justiça social. Os militares, no entanto, a partir de um dado momento, haviam passado a encarar a revolução como privilégio da maioria de uma classe, a do “tenente desconhecido”. Terminava acrescentando que “só a morte poderá emudecer a consciência livre que continuará falando, após a volta sem ódios ou rancores, do alto desta tribuna”.

No mês de junho, o jornal manifestou-se contra o “asfixiamento da liberdade de imprensa” e promoveu novo ataque ao tenentismo, afirmando que Vargas patrocinava “uma política militarista... contrária à consciência cívica do povo brasileiro”. Declarou ainda que “o Brasil vai apodrecendo ao Sol”. Mantendo-se na oposição, o Diário Carioca apoiou integralmente a Revolução Constitucionalista de São Paulo, que irrompeu em 9 de julho de 1932. Getúlio ainda tentou tranquilizar os paulistas, prometendo-lhes a Assembléia Constitu-

inte para o ano seguinte. De nada valeram as promessas e São Paulo pegou em armas.

O movimento constitucionalista, entretanto, acabou sendo vencido, se bem que tenha alcançado algumas importantes vitórias políticas. A Assembléia Constituinte, finalmente instalada em 1933, promulgou a Constituição de 1934, substituindo a Lei de Organização do Governo Provisório. Em 1933, quando foram marcadas as eleições para a Assembléia Nacional Constituinte, Macedo Soares candidatou-se, sendo eleito deputado na bancada do Estado do Rio.

Ainda em 1934, Getúlio Vargas foi eleito presidente da República pelo Congresso. Ao longo de todo esse período, as críticas do Diário Carioca ao governo visaram muitas vezes a alvos específicos, como a administração de Juarez Távora no Ministério da Agricultura, as atuações políticas de Pedro Ernesto e Antunes Maciel e a gestão financeira dos interventores – apenas os interventores no Rio Grande do Sul, na Bahia e em Minas Gerais foram poupados. Um dos colaboradores do jornal, José de Avelar Fernandes, contestou os projetos do general Góis Monteiro relativos a uma possível reestruturação do Exército. Por outro lado, o Diário Carioca jamais desferiu ataques pessoais a Getúlio.

A ordem institucional de 1934 se iniciou com uma composição entre princípios contrários – os liberais e os corporativos – que se tornou insustentável com a crescente radicalização política do país, protagonizada, à direita, pelo Partido Integralista, criado por Plínio Salgado, e, à esquerda, pela Aliança Nacional Libertadora.

## Comunistas e fascistas

No início do ano, o Diário Carioca promoveu campanhas contra a Light, a Companhia do Gás, a indústria pesqueira e a imigração de elementos indesejáveis, entre os quais sírios e japoneses. O jornal defendeu, no entanto, o funcionalismo público em suas reivin-

dicações, bem como a liberdade de imprensa. Em meados do ano, o jornal pôde por fim aplaudir a nova Constituição, meta primordial de seus princípios legalistas.

O período de tranqüilidade do governo Vargas, entretanto, durou pouco. Havia integralistas – com Plínio Salgado à frente – e fascistas de um lado, liberais e comunistas de outro, com Luiz Carlos Prestes, a Aliança Nacional Libertadora e os antigos partidários da Revolução de 30. A ANL, constituída pela fração do tenentismo que permaneceu fiel à liderança de Luiz Carlos Prestes e por setores do sindicalismo e dos intelectuais, denunciou o governo Vargas como simpatizante do fascismo e iniciou um movimento de mobilização contra ele. O presidente proibiu as atividades da ANL e passou a perseguir seus seguidores. O processo político tornou-se mais nervoso, e ocorreram as primeiras crises e prisões.

A conseqüência foi a Intentona Comunista, iniciada em novembro de 1935 no Rio Grande do Norte e logo estendida para as cidades de Recife e do Rio de Janeiro. Sobre o movimento, disse o jornal:

OS SR. GETULIO VARGAS ESTEVE ONTEM  
DEMORADAMENTE EM TODOS OS PON-  
TOS EM QUE PERIGOSAMENTE SE COM-  
BATIA EM DEFESA DA ORDEM LEGAL,  
PENETRANDO NO ANTIGO RECINTO  
DO 3º RI ANTES MESMO DA RENDIÇÃO  
DOS OFICIAIS CRIMINOSOS

O SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA CON-  
FORTOU ASSIM COM A SUA PRESENÇA AS  
AUTORIDADES E AS TROPAS DO EXÉR-  
CITO EM LUTA PELA PAZ, SEGURANÇA E  
FELICIDADE DA NAÇÃO

A explosão de ferocidade e violência de que foi on-  
tem teatro a capital da República, dizendo-se inspira-  
da na ideologia comunista, não interessou direta ou  
indiretamente às classes trabalhadoras organizadas no  
país e, servindo-se das armas da Nação, sofreu o cas-

tigo sangrento que lhe impôs o Exército indignado. Pois se a tentativa sinistra se fez à revelia do operário pacificamente trabalhando nas suas oficinas, se os provocadores e rebeldes dentro dos quartéis não obtiveram a solidariedade da tropa – que reivindicação honesta poderiam ao menos alegar os criminosos? Não foi uma idéia social ou política, não foi um sentimento ou espírito de corporação que ceifou tantas vidas inocentes e acarretou tantos prejuízos morais e materiais ao país. Responsáveis pelo drama funesto são por um lado o orgulho e a presunção da mediocridade desvairada, por outro a cupidez, o despeito, a perversidade de alguns agitadores profissionais.

O comunismo ignaro do sr. Luiz Carlos Prestes não é uma convicção nem uma aspiração do país. Não há nada no ambiente político, social e econômico da Nação que torne sequer admissível a terrível supressão do Estado jurídico e a subversão da ordem legal na sociedade em que vivemos. Longe de manifestar qualquer simpatia pelo credo moscovita sucedem-se no povo brasileiro demonstrações de apego à liberdade e à democracia e uma repugnância profunda pelo regime de violência.

O comunismo só é professado no Brasil por uma ridícula minoria de semianalfabetos, de cabotinos e exibicionistas, de aventureiros e piratas. Jamais apareceu uma forte personalidade capaz de interferir nos nossos destinos políticos, endossando a responsabilidade de um movimento social que se propõe fazer o milagre da felicidade humana. (...)

*DC*, 28 de novembro de 1935.

A partir desse momento, o *Diário Carioca* aproximou-se da situação, passando a informar sobre as questões nacionais de maior repercussão de maneira bastante parcial. A política partidária, assim como as questões regionais, foram relegadas ao segundo plano. Assuntos importantes como a crise do Partido Republicano Paulista ou a questão eleitoral fluminense foram tratadas em notas peque-

nas e descontínuas.

Em um extenso editorial intitulado “Em Defesa da Democracia”, o jornal mostrou-se favorável à Lei de Segurança Nacional, promulgada em 1935:

(...)

O governo, armado dos poderes que lhe vai dar a Câmara, defenderá a segurança do regime. Não lhe aconselharíamos excessos criminosos, que só serviriam para criar mártires. Mas de certo, a repressão aos maus elementos, aos agitadores, aos terroristas deve ser inflexível e energética.

(...)

Um segundo editorial acrescentava que “o povo brasileiro aplaudirá quaisquer iniciativas de reação ao fascismo, como de repulsa ao comunismo”. O editorial “O Ministério do Trabalho e as Conquistas Proletárias” começava com um elogio à elaboração de uma legislação social pelo governo e referia-se à necessidade que tinha o Estado de oferecer um amparo legal ao proletariado. Fazia, no entanto, a seguinte crítica: “É forçoso, porém, reconhecer que as nossas leis sociais como estão, em vez de provocar o congraçamento do capital com o trabalho, são fontes de discórdia permanentes e de dissídios intermináveis”. O apoio à situação fez com que o jornal declarasse que “a reconstrução do Brasil há de se operar com ou sem o concurso da oposição”. Dentro dessa linha, o Diário Carioca fez cerrada oposição à Revolta Comunista de 1935. Por outro lado, nesse mesmo ano, Macedo Soares foi eleito senador.

A repressão ao movimento da ANL reforçara a hierarquia militar e o sistema de segurança estatal, ambos intimamente vinculados à ordem getuliana. A eclosão da guerra civil na Espanha com a conseqüente intervenção dos partidos fascista e nazista da Itália e da Alemanha e o apoio das brigadas internacionais era mais um pretexto para o projeto continuísta de Getulio Vargas. O estopim



veio com o episódio do Plano Cohen, quando o governo atribuiu aos comunistas um projeto de insurreição. O Congresso aprovou o estado de guerra, selando com isso o fim do processo sucessório. Um pouco depois, foi a vez do próprio Congresso ser fechado. Finalmente, a Carta de 1937, que ficou conhecida como a “Polaca”, numa referência à constituição da Polônia fascista, deu início ao Estado Novo.

## O Estado Novo

Pela Carta de 1934, o mandato presidencial de Getúlio Vargas deveria terminar em 1938. No início de 1937, começaram a se definir as candidaturas à sucessão presidencial. O candidato oficial era o paraibano José Américo de Almeida, enquanto as elites de São Paulo queriam Armando Sales de Oliveira. Plínio Salgado era o candidato do Partido Integralista. As manchetes do Diário Carioca mostravam a situação nesse período pré-eleitoral:

“OS INTERESSES NACIONAIS ACIMA DOS INTERESSES POLÍTICOS”

AO ASSUMIR O GOVERNO DE SÃO PAULO, O SR. CARDOSO DE MELLO NETTO EXPEDIU AO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA UM TELEGRAMA QUE REFLETE A PONDERAÇÃO E PRUDÊNCIA DO TEMPERAMENTO DO NOVO GOVERNADOR PAULISTA.

(...) Nenhum fato, a não ser a oportunidade e o método de propor uma candidatura presidencial perturbou as excelentes relações sempre entretidas entre os governos da União e de São Paulo.

*DC*, 7 de janeiro de 1937.

SERÁ LANÇADA HOJE, EM SÃO PAULO, A CANDIDATURA DE SR. ARMANDO DE SALLES

*DC*, 15 de maio de 1937.

FIRME E LEAL, A PALAVRA DO GOVERNADOR DE MINAS ASSEGURA À NAÇÃO QUE A ORDEM NÃO SERÁ PERTURBADA E QUE O PROBLEMA PRESIDENCIAL TERÁ SOLUÇÃO PATRIÓTICA, DENTRO DA LEI

*DC, 18 de maio de 1937.*

O SR. JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA SOARES SERÁ O CANDIDATO DA MAIORIA  
Estamos seguramente informados de que o governador Benedicto Valladares, devidamente autorizado pelo Sr. Presidente da República e vendo frustradas as tentativas para a escolha de um candidato único, está coordenando neste momento as forças da maioria no sentido de ser apresentada ao país, a candidatura do ministro José Américo de Almeida.

*DC, 20 de maio de 1937.*

HOMOLOGADA PELA CONVENÇÃO DA MAIORIA A CANDIDATURA JOSÉ AMÉRICO

*DC, 20 de maio de 1937.*

INICIA-SE A CAMPANHA DE SUCESSÃO. ANUNCIADAS AS PRIMEIRAS VIAGENS DOS DOIS CANDIDATOS AO CATETE. O SR. JOSÉ AMÉRICO IRÁ A SÃO PAULO E O SR. SALLES OLIVEIRA AO RIO DE JANEIRO

*DC, 28 de maio de 1937.*

JOSÉ AMÉRICO FOI CONSAGRADO ONTEM, NA PRAÇA DA REPÚBLICA, O VERDADEIRO CANDIDATO DO POVO

*DC, 1º de agosto de 1937.*

A situação começa a mudar alguns meses depois, como pode ser visto nas manchetes e editoriais publicados no mês de outubro:

NA MENSAGEM QUE O PRESIDENTE DA REPÚBLICA ENVIARÁ HOJE AO PODER LEGISLATIVO, SERÁ PEDIDA A DECRETAÇÃO DO ESTADO DE GUERRA POR NOVENTA DIAS

A MEDIDA DE EXCEÇÃO FOI SOLICITADA AO GOVERNO PELOS MINISTROS DA GUERRA E DA MARINHA PARA O COMBATE AO COMUNISMO.

#### O PÂNICO

Como já é do conhecimento público, os srs. ministros da Guerra e da Marinha dirigiram-se ao sr. presidente da República anunciando possíveis atividades subversivas que estariam solapando a disciplina militar, criando ambiente de profunda inquietação moral nas classes armadas, que nas circunstâncias atuais, dificilmente poderiam se desempenhar de seus precípuos deveres na defesa da ordem social e na sustentação do governo e das instituições políticas. Diante desse apelo, dos chefes das nossas corporações armadas, o sr. presidente da República vai se dirigir à Câmara e ao Senado pedindo a decretação do estado de sítio, por noventa dias, nos termos do artigo 175 da Constituição Federal e, quem sabe, a transformação dessa medida em estado de guerra, como autoriza a nossa Carta Vigente. (...)

*DC*, 1º de outubro de 1937.

#### REUNIDO MINISTÉRIO PELA PRIMEIRA VEZ DEPOIS DO ESTADO DE GUERRA

Sob a presidência do sr. Getúlio Vargas, esteve ontem reunido o Ministério, das 15h às 16h, no Palácio do Catete. A reunião despertou enorme interesse por ser a primeira realizada na vigência do estado de guerra. Tomaram parte na mesma o Sr.

Filinto Müller, chefe da polícia e executor do estado de guerra no Distrito Federal e os dois representantes do Exército e da Marinha na comissão que controla as medidas de exceção tomadas no território nacional, respectivamente.

MINAS COESA E FIRME EM TORNO DO NOME DO SR. JOSÉ AMÉRICO

*DC*, 16 de outubro de 1937.

CONTINUAM SENDO TOMADAS RIGOROSAS MEDIDAS DE REPRESSÃO AO COMUNISMO

*DC*, 23 de outubro de 1937.

PELO BRASIL, CONTRA O COMUNISMO INSTALADA, ONTEM, A DEFESA SOCIAL BRASILEIRA COM A PRESENÇA DAS ALTAS AUTORIDADES DO PAÍS

*DC*, 31 de outubro de 1937.

Em 10 de novembro de 1937, Vargas dissolveu o Congresso e outorgou uma nova constituição ao país. O Estado Novo não só abortou o processo de sucessão, como foi uma dramática ruptura com os valores e princípios do liberalismo e da democracia representativa dispostos na Carta de 1891.

A Câmara e o Senado amanheceram cercados por tropas de cavalaria que barravam a entrada dos parlamentares com a notícia de que o Congresso havia sido fechado. A operação foi executada por soldados da polícia do Distrito Federal chefiados por Filinto Muller, pois o Ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, quis evitar o envolvimento ostensivo do Exército no episódio.

Na manhã desse mesmo dia, entrou em vigor uma nova constituição, redigida pelo jurista Francisco Campos, nomeado dias antes para o Ministério da Justiça. Segundo alguns estudiosos, Francisco Campos teria se inspirado na carta magna imposta aos poloneses,

em 1926, pelo general Josef Pilsudski. O fato é que a constituição de 1937 passou à História com o apelido de “Polaca”. O Diário Carioca, entretanto, a recebeu sem muitas reservas, como mostram as manchetes e o editorial “Nova Constituição”, do dia 11 de novembro:

A CONSTITUIÇÃO HOJE PROMULGADA CRIOU UMA NOVA ESTRUTURA LEGAL, SEM ALTERAR O QUE SE CONSIDERA SUBSTANCIAL NOS SISTEMAS DE OPINIÃO: MANTEVE A FORMA DEMOCRÁTICA, O PROCESSO REPRESENTATIVO E A AUTONOMIA DOS ESTADOS, DENTRO DAS LINHAS TRADICIONAIS DA FEDERAÇÃO ORGÂNICA “PALAVRA DO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA, GETULIO VARGAS”

#### NOVA CONSTITUIÇÃO

A cidade recebeu, ontem, com calma, os acontecimentos políticos que determinaram a entrada em vigor de uma nova Constituição para o Brasil, revogando-se implicitamente, a de julho de 1934.

O presidente Getulio Vargas no discurso que pronunciou, à noite, ao microfone do Departamento Nacional de Propaganda, falou à Nação com franqueza e desassombro, mostrando os erros e os vícios que vinham deturpando a essência do regime democrático e a necessidade de dar à nossa democracia uma nova forma, capaz de assegurar o prestígio da autoridade e dar ao governo maiores possibilidades de resolver os grandes problemas nacionais.

O presidente da República, com as intenções melhores de servir ao Brasil, deu-lhe uma nova Constituição, a Carta Magna, trabalho inteligente, de cuidadoso exame das nossas necessidades sociais, econômicas e políticas, possui uma uniformidade de pensamento que não foi possível imprimir à Carta efêmera de 1934.

A Carta fundamental do regime republicano ontem promulgada conserva, nas suas linhas gerais, na perfeição do seu arcabouço, a viga mestra do espírito democrático. As alterações que ela apresenta visam, entre outras coisas fortalecer a representação nacional, criando uma fórmula nova para o sufrágio universal, dando aos municípios um prestígio que eles nunca possuíram, neles reconhecendo a célula mártir da federação.

Respeitando as liberdades públicas e os direitos dos cidadãos, a Constituição tem os seus alicerces fundamentais no sentido democrático, do qual a consciência brasileira jamais se afastou e jamais se afastará. Organizando a disciplina, restaurando os princípios da hierarquia, opondo represas poderosas à anarquia e à desordem, a nova Carta Magna não cria círculos de ferro para oprimir e escravizar.

A carta de 1934, a despeito das melhores intenções que inspiraram os seus autores, não conseguiu conciliar os ideais da Revolução de 1930. Obra de políticos, por isso mesmo cheia de defeitos e contra-sensos, ela sacrificou muitas das promessas feitas à Nação pelos revolucionários que tiveram como chefe civil o sr. Getúlio Vargas. Dando ao Brasil outra Constituição, o sr. Getúlio Vargas se reinveste na qualidade de chefe da Revolução de 30 e retoma o ritmo interrompido de sua grande obra.

É, pois, na autoridade moral do presidente da República, nos anseios da Nação que quer viver e prosperar sem os tropeços de formalismos irrealistas e no sangue dos brasileiros imolados por um Brasil maior, que vamos encontrar a legitimação da nossa nova Carta Política.

Imediatamente após o golpe de Estado, em proclamação dirigida ao povo brasileiro, o presidente Getúlio Vargas justificou a promulgação da nova Constituição em nome de um “ajustamento ao espírito do tempo”. Abrem-se amplas oportunidades para a ação

modernizadora do Estado, com o objetivo principal de estabelecer as bases de um processo de industrialização do país, criando um mercado nacional e valorizando a produção e o trabalho. O Diário Carioca continuou ao lado do governo:

INAUGURADO O NOVO GOVERNO  
FLUMINENSE  
ASSUMIU EM CARÁTER DE VERDADEIRA  
CONSAGRAÇÃO POPULAR  
A POSSE DO COMANDANTE ERNÂNI DO  
AMARAL PEIXOTO NA INTERVENTORIA  
DO ESTADO DO RIO

*DC*, 12 de novembro de 1937.

VÃO SER EXTINTOS OS PARTIDOS POLÍ-  
TICOS EXISTENTES NO PAÍS

*DC*, 30 de novembro de 1937.

O apoio incondicional do Diário Carioca ao governo continuou nos anos seguintes. Manifestou-se contra o putsch integralista de maio desse ano: e teceu elogios às medidas e realizações do governo federal, bem como à administração do interventor Ernâni do Amaral Peixoto no Rio de Janeiro:

CRESCE A REPULSA DO POVO BRASILEIRO  
CONTRA A ODIOSA INTENTONA  
VERDE. O CRIME DOS RENEGADOS, O  
ASSALTO AO GUANABARA, NO IMPRES-  
SIONANTE RELATO DE UM DE SEUS  
DEFENSORES

O país recebeu com tristeza e indignação a notícia da miserável agressão aos poderes públicos, na qual o "integralismo" renegou mais uma vez as alegações ordeiras de seu programa, desmascarando-se na ambição, no despeito e no rancor que são a realidade de seus intuítos. A tragicômico "putsch" integralista que salpicou de

sangue brasileiro os jardins e as escadarias do Palácio Guanabara constituiu uma aventura repulsiva e sem precedentes na prática de montins contra o governo local. Se até pouco tempo havia iludido os que de boa-fé acreditassem nos processos de purificação anunciados e prometidos pelos adeptos do sr. Plínio Salgado, esses, certamente, terão visto, de ontem para cá, o que realmente significava a sistematização daqueles preceitos de Deus, Pátria e Família que acobertavam os propósitos facinoras, e serviam de base a uma sedição cuja finalidade era crime contra a Pátria. (...)

O movimento foi iniciado com uma requintada técnica de perversidade. As casas dos mais eminentes homens públicos e militares foram escaladas para assaltos brutais e sanguinários. A paz dos lares e a sensibilidade pelo refúgio sagrado das famílias foram violadas a horas altas da noite. Em seguimento a esse prólogo de céleres matanças, o drama da escalada do Palácio Guanabara, residência do chefe da Nação. (...) Sobre as trágicas horas durante as quais a família do presidente da República resistiu sem comunicações e balda de reforços materiais à fúria dos assaltantes, ouvimos ontem um relato de um daqueles que dividiram o perigo e a incerteza daquele transe inesperado:

Era uma hora da manhã mais ou menos, quando dois caminhões repletos de indivíduos disfarçados em fuzileiros navais chegaram de chofre aos portões do Guanabara, declarando virem de ordem superior para completar a defesa do palácio, guardado insuficientemente pelo destacamento de costume. A primeira sentinela, não acreditando na alegação, deu alarma. Os atacantes dirigiram-se rapidamente ao outro portão, chamando à fala a outra sentinela que, ao se aproximar, foi morta incontinente.

Varando o portão já eles se dispuseram em ordem de ataque e se dividiram em grupos em torno do Guanabara, sendo que o mais numeroso tentou atingir a portaria e subir as escadas.



Além da guarda normal, cuja posição não era possível identificar no momento, a nossa guarda interna era constituída por dois elementos de confiança que procuraram resistir com duas metralhadoras de que dispúnhamos. Uma, porém, estava desmantelada. A outra é que serviu de ponto de apoio à nossa resistência lá no interior. Como entre os atacantes figurasse um sargento que parecia nos ser dedicado, um dos nossos investigadores a ele se dirigiu confiante, mas foi preso e dominado.

Ficamos, portanto, reduzidos a um investigador manejando a única metralhadora. Constituiu uma grande “chance” para nós, não atinarem os atacantes com o lugar em que nos encontrávamos. Nessa emergência só nos restava o recurso dos telefones. Os aparelhos da Light tinham sido, porém, desligados e nos cingimos aos telefones oficiais. Com esse nos comunicávamos para fora e recebíamos informações dos nossos amigos.

– Mas essas informações, perguntamos, eram de molde a tranquilizar?

– Qual! Houve um momento em que nos avisaram que a casa do general Góes Monteiro fora assaltada, a do ministro da Guerra idem, e que os revoltosos já se achavam de posse do Ministério da Marinha. Esse foi o momento mais cruciante, porque não nos falavam em reforços.

O presidente, com a sua serenidade habitual, queria percorrer o palácio, para ver como poderia reforçar a defesa. Nós todos lhe fazíamos apelos a que ele não atendia.

Foi então que o nosso amigo Filinto Muller nos avisou que a Polícia Especial já penetrara nos jardins do palácio para nos socorrer.

Estávamos todos alojados na ala esquerda, mergulhados na escuridão, e procuramos divisar os elementos da Polícia Especial. De uma janela, pareceu-me ver, deitado, no manejo de uma metralhadora, alguém que acreditei ser o tenente Queiroz.

Queiroz, Queiroz, disse-lhe em voz baixa, mas em vez do reconhecimento amigo caiu sobre o palácio uma chuva de balas. Depois soubemos das providências do ministro da Guerra e da vinda do coronel Cordeiro de Farias, pelo lado do Fluminense. Um de nós abriu com cautela a porta secreta do palácio que dá para o clube e os nossos amigos vieram se arrastando como crocodilos.

Daí em diante, as providências se sucederam e a reação dos nossos aumentou. Foi um verdadeiro milagre se não fomos massacrados. As únicas armas de que dispúnhamos eram seis revólveres de pouco alcance. Ao todo éramos seis. Já às quatro e meia, quando as luzes acenderam, é que vimos os rostos dos que estavam ao nosso lado. Depois de alguns minutos começamos a ver também os prisioneiros, todos com caras desconhecidas.

– E o presidente?

– Sempre o mesmo, concluiu o nosso informante. A sua preocupação durante todo o tempo consistiu em ver como poderia aumentar a nossa resistência e como poderia dirigi-la. Como sempre, imperturbável. Com o seu exemplo, todos permanecemos calmos e confiantes. A coragem de um chefe vale tanto como uma boa trincheira. Ao lado do presidente, nós nos sentimos seguros.

*DC*, 11 de maio de 1938.

Louvores foram prestados à atuação do capitão Filinto Müller na manutenção da ordem pública e na defesa de “nossas instituições políticas”. O Estado Novo era visto como a concretização dos ideais tenentistas. O editorial “Democracia Forte” procurava justificar os poderes excepcionais do Estado em função de sua própria defesa: o liberalismo, acossado por doutrinas que lhe eram contrárias, “teve que ceder ao peso de sua velharia”. Assim se legitimava uma reação séria, consubstanciada num governo forte:

O Brasil com o Estado Novo inscreveu-se entre as nações que querem salvar a sua democracia. Não foi outro o objetivo do presidente Getúlio Vargas.

Em 1934, Alemanha e Estados Unidos tinham passado a liderar posições mutuamente excludentes em termos de política comercial, estabelecendo uma competição que, longe de ser apenas econômica, tinha motivações políticas e ideológicas e pretendia influenciar os países periféricos, particularmente aqueles que, como o Brasil, apresentavam potencialidades como mercados e bases de apoio. Vargas optou por uma política comercial pragmática. Negociava com aquele que lhe oferecesse melhores condições, procurando tirar vantagens das rivalidades entre as duas potências. Assim, em 1935, assinou um acordo comercial com os Estados Unidos e, no ano seguinte, outro com a Alemanha. Essa ambigüidade perdurou até 1940, quando voltou a se alinhar com os Estados Unidos.

Gradualmente, a linha política do Diário Carioca se transformou. Em 1941, o jornal se envolveu na questão do navio Siqueira Campos, aprisionado pelos ingleses com base no bloqueio continental quando transportava carga de material bélico da Alemanha para o Brasil. Nesse momento, o general Góis Monteiro, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, iniciou através da imprensa uma violenta campanha contra a Inglaterra e os interesses ingleses. A campanha chegou a tal ponto que o ministro Osvaldo Aranha pediu a Lourival Fontes, diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP, criado em 27 de dezembro de 1939), que recomendasse aos jornais a diminuição da ênfase com que vinham tratando o assunto.

Foi nesse contexto que o Diário Carioca proclamou a necessidade de as forças civis se agruparem em torno do presidente, o que foi interpretado como uma advertência aos militares para que não interviessem em assuntos civis. Góis Monteiro resolveu, malgrado o

apoio que lhe fora dado pelo jornal inúmeras vezes, suspendê-lo temporariamente. Getúlio encampou a idéia, alegando que o editorial poderia ser interpretado de modo a criar uma dissensão entre o presidente e as forças armadas. Um contingente de soldados chegou a ser despachado para o Diário Carioca, mas Góis Monteiro, no momento final, pediu ao general Dutra, ministro da Guerra, que expedisse uma contra-ordem.

## A volta da democracia

A ditadura Vargas encerra-se com a deposição do ditador pelas Forças Armadas em outubro de 1945. Seguem-se a eleição do general Eurico Gaspar Dutra e a Assembléia Constituinte, que elabora a Constituição de 46, de feição liberal. No entanto, o primeiro governo democrático suspendeu o registro eleitoral do Partido Comunista Brasileiro, com a cassação do mandato dos seus parlamentares. Dezenas de sindicatos sofreram intervenção e a Confederação dos Trabalhadores do Brasil foi fechada. O nacionalismo, instaurado como movimento a partir da chamada “Campanha do Petróleo”, foi identificado ao comunismo e igualmente reprimido.

Com a queda do Estado Novo, o Diário Carioca defendeu exaltadamente o retorno ao regime democrático. O editorial “Antes do Amanhecer Cantam os Galos”, de Macedo Soares, referia-se ao despertar da imprensa “após uma noite polar em um dia de Sol radioso”, no qual desaparecia o regime que, penetrando “nas caladas da noite”, anulava “as instituições jurídicas e políticas da República, substituindo-se aos poderes legais e instalando um método de governo oposto às tradições brasileiras, adverso às nossas convicções democráticas, contrário ao nosso instinto de liberdade”.

A partir de então, o jornal passou a capitanear a campanha eleitoral de Eduardo Gomes, difamando sistematicamente ao mesmo tempo o candidato comunista Iedo Fiúza. Macedo Soares escrevia artigos criticando o não comparecimento de Getúlio Vargas – elei-

to senador em 2 de dezembro de 1945 – à Assembléia Constituinte. Iedo Fiúza era combatido pelo jornalista Carlos Lacerda, através de uma série de artigos sob o slogan “O Rato Fiúza”. Uma vez eleito o general Dutra, o Diário Carioca, inicialmente oposicionista, num segundo momento passou à situação.

Em meados de 1948, o jornal estava ainda sob a direção de Horácio de Carvalho Júnior, e, em sua primeira página, Macedo Soares e Danton Jobim alternavam colunas. Nessa época, o editorial “Nossa Opinião” afirmava ser o Diário Carioca um órgão de combate que antecipara a Revolução de 1930. Havia, sobretudo, o interesse em deixar claro que o jornal, acima de suas preferências, era movido pela “necessidade de bem servir ao país”, e que não raro assumira “atitudes perigosas e dramáticas”. A imprensa, para o Diário Carioca, teria a missão de ser a um só tempo porta-voz e orientadora da opinião popular. Nesse mesmo ano, a redação do jornal transferiu-se do prédio que ocupava na Praça Tiradentes para o moderno edifício da Avenida Presidente Vargas.

Duas décadas depois da Revolução de 30, as conquistas sociais, a urbanização, o consumo, a renda interna, a produção industrial e o desenvolvimento da agricultura criaram novos padrões de vida para a sociedade brasileira. O mercado se ampliou e cidades como o Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre avançaram em direção à periferia para fugir das pressões do êxodo populacional em busca de melhores oportunidades.

No momento da sucessão de Dutra, o Diário Carioca apoiou a candidatura de Cristiano Machado à presidência da República pelo Partido Social Democrático (PSD), alertando a opinião pública para “o perigo da candidatura Vargas”, e criticando Café Filho por este se prestar a integrar a chapa de Getúlio mesmo depois de ter-se definido como socialista e de ter participado da campanha “Lembraivos de 37”. O jornal aproximou-se também do brigadeiro Eduardo

Gomes, candidato à presidência da República pela União Democrática Nacional (UDN), embora mostrasse reservas ante as ligações deste com o ex-integralista Plínio Salgado.

## Um atentado muda os rumos da Nação

Em 3 de outubro de 1950, Vargas, derrubado havia menos de seis anos, foi eleito novamente presidente da República. Consagrado nas urnas, Getúlio venceu a UDN (União Democrática Nacional), defensora da maioria absoluta dos votos. O segundo governo Vargas apresentou-se como portador de um nacionalismo de caráter popular e o Diário Carioca, a princípio numa posição de indiferença, passou a lhe fazer oposição. Moveu intensa campanha contra a Última Hora, jornal de Samuel Wainer, após ter-lhe vendido a empresa gráfica Érica. Ao ser instalada a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar as acusações de corrupção feitas contra esse jornalista, não lhe poupou ataques. Posteriormente, o Diário Carioca apoiaria a proposta de impeachment levantada pela chamada “Banda de Música” da UDN contra Getúlio Vargas, bem como o Manifesto dos coronéis (1954), apresentado como um pedido de aumento dos vencimentos dos militares, mas na verdade uma crítica ao regime visando essencialmente à atuação de João Goulart, então ministro do Trabalho.

Mas o porta-voz da oposição era o jornal Tribuna da Imprensa, do jornalista Carlos Lacerda, com violentos ataques ao governo. Em agosto de 1953, Lacerda fundou o Clube da Lanterna, com o objetivo de combater o governo Vargas. Em janeiro do ano seguinte, também no Rio de Janeiro, foi criada uma coligação partidária de oposição ao governo federal, a Aliança Popular contra o Roubo e o Golpe, tendo em vista as eleições legislativas e para o governo de 11 estados, que seriam realizadas em outubro.

Na madrugada de 5 de agosto de 1954, aconteceu o atentado da Rua Tonelero, em Copacabana, em que saiu ferido o líder da oposi-

ção, Carlos Lacerda, e morreu o major-aviador Rubens Vaz, integrante de um grupo de oficiais da Aeronáutica que dava proteção a Lacerda. Os dois voltavam de um comício. No Hospital Miguel Couto, para onde foi conduzido, Lacerda recebeu a visita de vários políticos, repórteres e de Eduardo Gomes, então diretor das Rotas Aéreas da Força Aérea Brasileira (FAB), unidade onde trabalhava Rubens Vaz.

As três semanas seguintes tornaram-se cruciais para a história do país, culminando com o suicídio de Getúlio Vargas no dia 24 de agosto. Nesse período, a opinião concentrada de jornais, rádios e emissoras de TV desempenhou um papel fundamental no desenrolar dos fatos políticos.

Pompeu de Souza, na época diretor de redação do Diário Carioca, dizia que o atentado da Tonelero tinha sido um crime feito com exclusividade para o jornal. Estava fechando a edição quando o repórter Armando Nogueira o chamou ao telefone de um botequim para contar o crime que, por acaso, havia presenciado. Ele estava em companhia de dois colegas do jornal, Deodato Maia e Otávio Bonfim, passando em frente ao prédio onde morava Lacerda, e também assistiram o atentado. Viram alguém (mais tarde identificado como o pistoleiro Alcino João do Nascimento) atirar no major Rubens Vaz e fugir em seguida. Enquanto Deodato Maia ajudava a levar o major Rubens Vaz, agonizante, para o hospital, os outros voltaram para a redação, onde Armando Nogueira escreveria a reportagem na primeira pessoa. Com fotos de Lacerda ferido e de Vaz, morto, no Hospital Miguel Couto, feitas pelo repórter e fotógrafo Gilson Campos, acionado àquela hora da noite na rua. É ele quem conta ao jornalista Luiz Maklouf Carvalho, no livro *Cobras criadas*:

Eu havia acompanhado o nosso chefe, Luiz Paulistano, até a estação rodoviária, que ficava na Praça Mauá. Ele foi para São Paulo e eu saí da rodoviária conversando com uma moça que fora levar sua mãe para

viajar. Um flerte.

Quando passei em frente à redação do jornal, na Avenida Rio Branco 25, numa sobreloja, Everardo Guillhón me viu e me chamou, aos gritos. Com ele, outros redatores gritavam o meu nome. Eu nem dei bola. Achara que estavam me gozando por estar passeando com uma jovem quase à uma hora da madrugada.

A moça, espantada, perguntou quem era aquele pessoal que estava me chamando.

“Colegas. Estão no meu pé porque fui com o nosso chefe de reportagem para a rodoviária.”

Na esquina da Rio Branco com a Presidente Vargas, um motorista magrinho, quase sumido num caminhão de entrega de jornais, me cerca e me diz: “Gilson, se você quiser digo que não o encontrei. Mas mataram o Carlos Lacerda. Sua máquina fotográfica está aqui.”

No meio da rua, entre o dever e a paquera, virei para a moça, escrevi meu número de telefone numa lauda de jornal e dei a ela: “Amanhã você me telefona”.

Parti com a minha Speed Graphic, 4x5mm em direção à Gávea, para fazer as fotos que foram publicadas no jornal, naquela madrugada. Como eu era repórter e fotógrafo – para ganhar dois salários –, não sabia revelar. Foram buscar o fotógrafo Almeida em casa, para revelar os filmes. Deu tudo certo naquela noite. E o jornal vendeu toda a edição, até o papel da oficina esgotar. Nunca mais ouvi falar da moça. Foram dias seguidos sem dormir.

Foi uma aula de agilidade jornalística.

O jornalista responsabilizou o governo pelo atentado e ainda no mesmo dia, na Tribuna da Imprensa, afirmou que “elementos da alta esfera governamental” estavam implicados no crime. No dia seguinte, o presidente do Clube de Aeronáutica, brigadeiro Inácio de Loiola Daher, convocou uma reunião com cerca de 600 oficiais das Forças Armadas, da qual resultou um comunicado exigindo a completa apuração do atentado:



Considerando o covarde assassinio, esta madrugada, do nosso bravo companheiro Rubens Florentino Vaz, o Clube de Aeronáutica concita toda a oficialidade da FAB a reunir-se amanhã, dia 6, às 20 horas, no Clube da Aeronáutica, para as unidades com sede no Rio, e nas respectivas bases para as outras unidades, em homenagem póstuma e devoção de fé e respeito aos preceitos mais elementares que defendem a liberdade e a vida humana, assegurados nas leis básicas que vigoram em nossa Pátria. Seja nosso lema a frase proferida hoje pelo eminente Brigadeiro Eduardo Gomes: “Para honra da Nação, confiamos que este crime não ficará impune!”.

No dia 7 de agosto, o motorista de táxi Nélson Raimundo de Sousa – que informara à polícia que o autor do crime havia fugido no seu carro – prestou depoimento, incriminando um membro da guarda pessoal de Getúlio, Climério Euribes de Almeida. Dois dias depois, Lacerda publicou um violento editorial na Tribuna da Imprensa exigindo a renúncia do presidente. No dia 12, em outro editorial, exortou as Forças Armadas a exigirem a renúncia. As dimensões assumidas pelo episódio levaram o ministro da Aeronáutica, brigadeiro Nero Moura, a autorizar, nesse mesmo dia, a instauração de um inquérito. Interrogatórios e depoimentos passaram a ser realizados na base aérea do Galeão, o que deu origem à expressão “República do Galeão”.

No dia 13 de agosto, soldados da Aeronáutica prenderam Alcino João do Nascimento, que confessou a autoria do crime, implicando ainda Climério Euribes de Almeida e Lutero Vargas, filho do presidente, como mentor do atentado. Mais tarde, Climério, já preso, disse ter sido contratado por Gregório Fortunato, chefe da guarda pessoal de Getúlio, para eliminar Carlos Lacerda.

Pressionado pela opinião pública e pelos militares, Getúlio tentou encontrar soluções políticas para o acontecimento. Durante 19

dias, os seguidores de Carlos Lacerda viveram momentos de triunfo, mas, no dia 24 de agosto, Getulio Vargas, isolado politicamente e na iminência de ser deposto, suicidou-se. A partir do momento em que o país ficou sabendo da morte do presidente e tomou conhecimento dos termos de sua carta-testamento, o comportamento do povo alterou-se por completo. Vários jornais antigetulistas foram depredados no Rio e populares tentaram empastelar a redação da Tribuna da Imprensa. O clima pode ser sentido no noticiário do Diário Carioca, imediatamente antes e depois do suicídio de Vargas:

De nenhum setor, civil ou militar, pode vir garantia ou segurança para o Governo – afirmou ontem o vice presidente Café Filho, dando conta ao Senado da demarche que realizou junto ao sr. Getulio Vargas para propor ao presidente a renúncia de ambos para salvar a unidade nacional e impedir que o país se precipite no caos. O sr. Café Filho se decidiu a promover a renúncia do Presidente da República e a dele própria depois de uma segura sondagem junto aos líderes civis e militares, notadamente o líder da maioria na Câmara e os ministros da Marinha e da Guerra.

*DC*, 24 de agosto de 1954.

A MULTIDÃO DESFILOU A CHORAR  
ANTE VARGAS  
O PRESIDENTE MORREU  
IMPRESSIONANTES OS ASPECTOS DO  
VELÓRIO NO CATETE

Com a cabeça voltada para o quadro que representa o juramento da Constituição de 1891 e os pés para o quadro “Pátria”, em cuja frente se acha um crucifixo, o corpo do presidente Getulio Vargas recebe, desde às 17:30 horas de ontem, no salão do Gabinete da Casa Militar da Presidência da República, no Palácio do Catete, as despedidas de milhares de populares que lhe vão fazer a última visita.

O embarque do corpo do sr. Getulio Vargas para

São Borja, onde será enterrado, está marcado para as 9 horas de hoje, por via aérea. Tudo faz crer, entretanto, que será adiado, diante do grande número de populares que desfila ininterruptamente ante o caixão que contém os despojos de S. Exa.

Imediatamente após a comunicação do falecimento do presidente, populares acorreram às proximidades do Catete, no afã de saber pormenores da trágica ocorrência. Soldados do Exército e da Polícia Militar, no entanto, isolavam o Palácio, desde a Rua Pedro Américo até a Correia Dutra, permitindo o acesso apenas aos jornalistas e altas autoridades. Antes das 13 horas, só estas podiam entrar no Palácio, ficando os representantes da imprensa defronte à entrada do Catete.

Enquanto isso, registravam-se alguns casos de exaltação no meio da multidão, sendo freqüente o encontro de homens e mulheres em lágrimas.

Às 13 horas a entrada do Palácio foi franqueada à imprensa e, logo em seguida, ao público, que entrava lentamente e em fila.

O suicídio do presidente Getúlio Vargas, precisamente às 8:30 horas da manhã, foi precedido de momentos em que se mostrava ele absolutamente tranqüilo.

– Nada fazia crer fosse o presidente se matar – disseram-nos o general Caiado de Castro e Jango Goulart, com os quais ele conversara minutos antes de se recolher. O sr. Getúlio Vargas se recolheu ao quarto, sem mais uma palavra. Passados uns minutos – o tempo normal para a troca de roupa, ouvia-se um disparo. Acudiu, incontinenti, o sr. N. Sarmanho, que se encontrava na janela da sala contígua (a do elevador privativo do presidente). Já o sr. Getúlio Vargas agonizava. Da janela, o sr. Sarmanho fez um sinal para um oficial, pedindo fosse o general Caiado avisado de que o sr. Getúlio Vargas se havia matado. Logo em seguida, o general Caiado chegava ao quarto, onde, não resistindo ao impacto da tragédia, foi acometido de forte crise de nervos, sofrendo uma síncope.

A seguir, correndo escada acima, o sr. Benjamin Vargas

gritava:

– Getúlio se matou!

O palácio ficou em pânico, a família do presidente acorreu, entre gritos e lágrimas. Também o sr. Osvaldo Aranha logo chegou. Chegou junto à cama e, chorando, exclamou:

- Abusaram demais da bondade desse homem!

*DC*, 25 de agosto de 1954.

## De mudança para Brasília

A grande mobilização popular que se seguiu à morte de Getúlio desarmou a ofensiva contra o governo e tornou inviável uma revolta militar. Café Filho assumiu de imediato a presidência da República, privilegiando, na composição dos quadros de seu governo, setores políticos e militares identificados com a UDN.

Com o suicídio de Vargas, a ascensão de Café Filho à presidência da República e o subsequente abandono dos projetos da política varguista, o *Diário Carioca* aproximou-se do poder, o que, de acordo com alguns depoimentos, refletia a expectativa do jornal de que alguns de seus membros recebessem cargos na administração pública. Não conseguindo atingir seu intento, o jornal iniciou um processo de integração ao PSD (Partido Social Democrata). A partir daí, é possível explicar sua posição favorável à deposição de Carlos Luz e à decretação do estado de sítio, bem como o apoio dado ao general Henrique Teixeira Lott durante o Movimento do 11 de novembro de 1955. Apoiou a candidatura de Juscelino Kubitschek nas eleições daquele ano, mas, ao mesmo tempo, mantinha uma página dedicada exclusivamente ao candidato adversário, Juarez Távora.

A NOSSA OPINIÃO

A POSIÇÃO DE JUAREZ

As Forças Armadas estão sendo trabalhadas, nos seus setores mais vulneráveis, pela propaganda golpista, que, explorando a derrota de um general, deseja criar

um tipo de reação ainda inédito na história da República brasileira: a intervenção militar para entregar a um militar derrotado nas eleições a chefia do governo.

Até o momento não queremos acreditar na cumplicidade do general Juarez Távora com essa manobra. Seus sucessivos pronunciamentos desde o momento em que se tornou candidato à presidência da República, não admitem que se possa supor esteja ele numa posição diferente daquela com a qual se comprometeu publicamente, dando como penhor de sinceridade a fé pública que desfrutaram seus trinta anos de serviço ao país.

Para que a oposição nacional julgue os acontecimentos e reduza às suas devidas proporções a boataria golpista, convém lembrar que, ao se declarar candidato, o general Távora convocou a imprensa para uma entrevista coletiva, no correr da qual assumiu a grave responsabilidade de denunciar uma articulação golpista com a qual se descompromissava de público, certo de que as revoluções e as soluções militares somente servem para retardar o desenvolvimento democrático e o progresso da nação. (...)

*DC*, 13 de outubro de 1955.

Empossado a 31 de janeiro de 1956, Juscelino Kubitschek deu curso normal à vida institucional e à industrialização do país. As hidrelétricas de Três Marias e Furnas triplicaram a produção de energia elétrica; novas rodovias cortaram o território nacional, viabilizou-se a indústria automobilística. Cosipa, Usiminas, Companhia Siderúrgica Nacional e Ferro e Aço de Vitória eram as maiores siderúrgicas. Os portos foram reequipados e o país passou a fabricar máquinas pesadas, guindastes, equipamentos e materiais para a Petrobras e outras empresas. O Brasil passou a depender menos das importações.

Em decorrência da industrialização, os sindicatos começaram a ocupar maior espaço político. A Sudene trabalhava para a recupe-

ração econômica do Nordeste. Finalmente, construiu-se Brasília e foram criadas as bases de uma reforma agrária. Chegou a ser lançada uma edição brasiliense do Diário Carioca, o DC-Brasília, sob a direção do jornalista Elias de Oliveira Júnior, antigo repórter da Rádio Nacional do Rio no Palácio do Catete. Ganhou sede e redação próprias na nova capital, se bem que continuasse a ser impresso no Rio de Janeiro. Circulou até 1965.

Mas, apesar dos sopros do desenvolvimento, o Brasil ainda era campeão de analfabetismo, mortalidade infantil, endemias, acidentes de trânsito, violação de direitos civis. Sua renda per capita ainda estava entre as mais baixas do mundo. No plano internacional, foi um período de muitas guerras: a da Coréia, iniciada em 1950; a da Indochina, encerrada em 1954 e reiniciada em 1963 já como Guerra do Vietnã. Fidel Castro desceu de Sierra Maestra e entrou em Havana na manhã do dia 1º de janeiro de 1959. No mesmo ano, no dia 7 de agosto de 1959, o satélite americano Explorer VI mostrou as primeiras imagens da Terra transmitidas de uma câmera girando no espaço.

No decorrer do governo Kubitschek, embora se mantivesse ao lado da situação, o Diário Carioca foi-se gradualmente decepcionando com o novo presidente, já que, segundo depoimentos de alguns redatores, as expectativas de obtenção de vantagens materiais não se concretizavam. Juscelino Kubitschek não apoiou o jornal da maneira que este desejava. A expectativa de obtenção de cargos públicos teve resultado apenas na nomeação de Danton Jobim, redator-chefe do jornal, para a presidência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As contradições entre as preocupações eminentemente jornalísticas da equipe e os interesses mais imediatos da direção acabaram com a dissolução da primeira. O apoio ao governo, somado à saída do corpo da redação, iniciou o declínio do Diário Carioca. Ao final do mandato de Juscelino, o Diário Carioca apoiou o general Lott nas eleições de 1960. Venceu

Jânio Quadros e o jornal passou para a oposição, como mostra o artigo assinado por Danton Jobim:

#### SINAIS DE TORMENTA

A oposição está planejando uma dura campanha no Congresso contra a administração do sr. Jânio Quadros. Não é a famosa "oposição sistemática". Mas é o combate vigoroso a certas medidas que o governo porá fatalmente em prática, para atender às promessas que fez ao seu eleitorado, e a outros que já está tomando para atender a fins demagógicos e que, bem explorados, podem resultar num tiro pela culatra.

Em um mês de Alvorada, o presidente não fez nada de útil ao país. De importante mesmo, decretou apenas a mudança do horário para o funcionalismo, medida desastrosa sob vários aspectos, o político, o social e o humano. Na verdade, o novo presidente não começou a governar. A redescoberta do presidencialismo pelo sr. Jânio Quadros, inventada pelo "Correio da Manhã", até agora só produziu a mofina safra dos inquêritos com objetivos terroristas, bem como a arbitrária subversão da vida aperreada dos barnabés. Mas o que vem por aí é bem mais grave, facilitando, por certo, a tarefa da maioria oposicionista. Vem a deflação. Vem a reforma cambial. Vem a retração violenta do crédito, criando obstáculos ao normal crescimento industrial do país.(...)

*DC*, 1º de março de 1961.

Também em 1961, Horácio de Carvalho Júnior vendeu o jornal a Arnon de Melo, o qual, um ano após, tornou a vendê-lo a Danton Jobim. Em consequência de sua posição favorável ao general Lott, o Diário Carioca apoiou João Goulart durante todo o seu governo e, segundo alguns depoimentos, o presidente teria chegado a prestar auxílio material ao jornal. Por essa época, a tiragem do Diário Carioca começou a diminuir, em função da redução de sua circulação. Junto com leitores, o jornal perdeu também sua influência política.

Em 1963, ganha corpo a campanha anti-Jango com base na visão crítica da imprensa que vê nas reformas de base a socialização do país. A demissão do ministro da Fazenda, Carvalho Pinto, sob a pressão da esquerda ligada a Leonel Brizola, estimulou novos ataques ao presidente, interna e externamente. O presidente tentou fortalecer a sua base política e o apoio militar, enfrentando, entretanto uma desgastante reação ao admitir, por exigências dos ministros militares, a decretação do estado de sítio que visava enfraquecer o governo Carlos Lacerda, na Guanabara.

O comício de 13 de março de 1964 na Central do Brasil – um dos estopins da crise – é parte da estratégia de Jango para salvar o seu governo e já pensando numa ampla reforma ministerial. Sobre o comício, o jornal fez um relato emocionado:

#### PACTO DO POVO COM JANGO: REFORMAS A QUALQUER PREÇO

Transformou-se numa autêntica festa popular o comício ontem realizado na Praça Cristiano Ottoni. Ao encontro do presidente da República, uma incalculável multidão deslocou-se desde as primeiras horas da tarde, entoando cantos e trazendo faixas e cartazes, alusivos às suas reivindicações e indicativos do apoio com que pode contar o presidente Goulart nas medidas que vem tomando na defesa dos interesses nacionais.

O entusiasmo com que recebia as palavras dos líderes políticos, sindicais e estudantis mostrou uma firme determinação do povo de lutar unido e coeso pela implantação das reformas fundamentais de que o Brasil necessita para a consolidação do seu desenvolvimento. Foi uma evidência, na repercussão que teve nos aplausos da grande massa popular, o sentimento da necessidade de uma efetiva e urgente modificação que reformule o arcaico estatuto da terra ainda vigente entre nós.

Pacífica e ordeiramente, o povo compareceu ao diálogo democrático com o presidente da República e disse-lhe, pela voz dos seus líderes autênticos e pela



eloquência dos seus cartazes e faixas, o que o povo deseja que seja feito para o bem da Nação.

Foi portanto o comício de ontem, uma extraordinária demonstração de pujança do regime democrático, com o povo brasileiro unido ao seu presidente na praça pública, em festivo ato de pleno exercício da Democracia.

*DC*, 14 de março de 1964.

O presidente ainda se envolveu em três episódios que viriam a ter influência decisiva no movimento militar de 1964: a criação da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais e a demissão do ministro da Marinha, almirante Sílvio Mota; o ato de posse do Clube dos Sargentos, no Automóvel Clube do Rio de Janeiro; e a rebelião do general Mourão Filho, em Minas Gerais. Na Guanabara e em São Paulo, os governadores Carlos Lacerda e Ademar de Barros responsabilizaram o presidente pela situação caótica do país.

Após o golpe militar, o *Diário Carioca* manteve uma posição de respeito ao ex-presidente:

URUGUAI ESPERA JANGO COMO CHEFE DE ESTADO GOULART DISPENSOU O SACRIFÍCIO DO POVO BRASILEIRO MOURÃO: GOLPE ESTAVA MONTADO E PRISÃO DE LÍDERES AJUDOU MUITO  
Montevideú – O sr. João Goulart é esperado neste país com honras de Chefe de Estado – é o telegrama da “United Press International” distribuído, ontem, aos jornais brasileiros.

Grande número de parlamentares e jornalistas se dirigiu ao Aeroporto de Carrasco momentos após ter a Rádio Farroupilha, do Rio Grande do Sul, anunciado apelo do presidente deposto no sentido de que cessasse a resistência “para evitar derramamento de sangue”.

Decidiram as autoridades uruguaias que o presidente deposto seja recebido com honras de Chefe de Esta-

do. Diz mais o telegrama da agência norte-americana que a fronteira está patrulhada por forças leais ao sr. João Goulart. Está garantido qualquer pedido de asilo, para tanto, têm sido enviadas tropas uruguaias à linha demarcatória dos dois países.

Um destróier uruguaio foi enviado para as proximidades da costa brasileira, prevendo-se a possibilidade de conflitos na fronteira, onde as guarnições continuam leais ao presidente deposto.

O Legislativo reuniu-se, extraordinariamente, para discutir a oportunidade de enviar uma mensagem ao Brasil. Ante a discussão não decisiva, entre as facções favoráveis e contrárias, foi suspensa a sessão. (ANSA – UPI – DC)

Até o momento de encerrarmos os trabalhos desta edição não havia confirmação oficial da chegada do sr. João Goulart a Montevideú. Não se confirmaram, igualmente, as notícias de que o presidente Goulart havia se dirigido para a capital Paraguaia, Assunção. Notícias de Porto Alegre informavam, entretanto, que Jango havia deixado aquela cidade na tarde de ontem. Dando por encerrada a “Rede da Legalidade”, às 13 horas de ontem, o prefeito de Porto Alegre, sr. Sereeno Chaise, leu a nota oficial alusiva ao ato, salientando em certo trecho que o presidente João Goulart, ao transitar pela capital sulina, dispensara o sacrifício da população gaúcha e de todo o Brasil na resistência ao movimento que o derrubara do poder.

É o seguinte, na íntegra, a nota: “Às primeiras horas de hoje, o presidente João Goulart chegou a Porto Alegre. Depois de ficar algum tempo, seguiu viagem. Antes examinou, com autoridades militares, amigos e correligionários, as condições de resistir ao processo golpista e decidiu dispensar o sacrifício do povo gaúcho e brasileiro.

O deputado Leonel Brizola pede ao povo gaúcho e brasileiro, a todos os patriotas, que enfrentem com serenidade e calma esta difícil passagem.

Encerramos a “Rede da Legalidade”, agradecendo a

todo o povo gaúcho e brasileiro que compareceu em massa à sede da Prefeitura de Porto Alegre para resistir contra os golpistas. Fizemos tudo para manter a legalidade.”

“Confirmando que o esquema do golpe estava montado há algum tempo, o general Olímpio Mourão Filho, já nomeado pelo ministro da Guerra presidente da Petrobrás, falou, ontem, à imprensa, do gabinete do general Costa e Silva.

Afirmou aquele militar que antes de iniciar sua marcha teve de realizar três operações: silêncio, gaiola e Popay. A primeira consistiu em articular todo o movimento para que não pudesse ser fracassada a marcha do Exército revolucionário, a segunda para propiciar o clima de tranqüilidade do povo, prendendo os líderes que atuavam nas massas trabalhadoras e, a terceira, operação guerra.

As declarações do novo presidente da Petrobras foram assistidas por vários chefes militares e personalidades do mundo político-militar.

“Se não ocorresse a prisão dos líderes sindicais – afirmou – nós teríamos a marcha dificultada, pois não conseguiríamos rapidamente o apoio maciço dos companheiros.”

O general Olímpio Mourão disse também que “saímos para lutar, prontos para qualquer situação. Felizmente, em lugar do primeiro tiro, encontramos os abraços dos nossos companheiros de farda, porque eles pensavam como nós” (...).

*DC*, 3 de abril de 1964.

Em 3 de junho do mesmo ano, foi confirmada, por dez votos a seis, a cassação do ex-presidente Juscelino Kubitschek pelo Conselho de Segurança Nacional. No dia 14 do mesmo mês, o ex-presidente deixou o país para um longo exílio. O *Diário Carioca* reagiu: “Vitória do ódio e do medo: cassaram o mandato de JK”. Seguiam-se palavras do próprio cassado: “Que temor é esse

da minha sobrevivência política?”

A ruptura institucional de 1964 não teve a resistência esperada do nacional-populismo, que rapidamente se desagregou. O golpe se expandiu e impôs um novo modelo político ao país, fortalecido pela mobilização da classe média, do empresariado e da oligarquia agrária. O controle da opinião foi feito por meios de avisos escritos, por telefone, decretos e portarias, restringindo a liberdade de informação e anulando direitos essenciais do cidadão.

O declínio do *Diário Carioca*, por sua vez, se estendeu por pouco mais de um ano. Em 31 de dezembro de 1965, saiu o último número daquele que foi “o máximo de jornal no mínimo de espaço”. Esta foi uma das últimas reportagens sobre o Palácio Guanabara, tantas vezes palco onde se desenrolaram os acontecimentos que marcaram a história do nosso país e do *Diário Carioca*:

#### FANTASMAS HABITAM PALÁCIO GUANABARA

A aparição de fantasmas no Palácio Guanabara andou apavorando funcionários, meses atrás, e voltou, ontem, a ser temida no casarão pelas pessoas que ainda resistem ao total abandono dos políticos udenistas, após a derrota do governador Lacerda nas eleições de 3 de outubro.

Depois de amanhecer o dia com os guardas reforçados no armamento, trocando pistolas e cassetetes por metralhadoras portáteis, o Palácio Guanabara passou a manhã e a tarde completamente entregue às baratas, podendo-se ouvir, com nitidez, o canto do mainá governamental, em lugar dos costumeiros bate-papos pelos corredores.

*DC*, 6 de outubro de 1965.

# A história do Diário



## Ana Arruda Callado

*Para a mentalidade da época nas redações, chefe de reportagem devia ser homem e, de preferência, do gênero sargento.*

Era o ano de 1964. Tinha havido o golpe, o governo era militar, mas ainda se respirava. Achei ótimo, portanto, quando Zuenir Ventura me transmitiu o convite para chefiar a reportagem do Diário Carioca. O diretor de redação, chamado pelo proprietário, Horácio de Carvalho, para tentar devolver ao jornal o brilho que tivera na década de 50, era Prudente de Moraes, neto, o Doutor Prudente.

Achei ótimo é pouco. Fiquei exultante. O time era de primeira, com Zuenir na chefia de redação, Milton Coelho da Graça na do copidesque e Amílcar de Castro na diagramação – ninguém falava, naquele tempo, em programação visual; era diagramação, sim, o que fazia o grande artista plástico mineiro lá na redação da Avenida Rio Branco, para os lados da Praça Mauá. E eu ia ser a primeira mulher chefe de reportagem em um jornal diário, importante.

Houve uma campanha publicitária sobre a renovação do jornal, dei entrevistas até para a televisão. Na verdade, desconfio que o convite havia sido mais uma jogada de marketing do que um reconhecimento aos meus talentos profissionais.

É verdade que eu já havia tido uma experiência muito boa como repórter, no Jornal do Brasil, de 58 a 62, ganhando prêmios e coisa e tal, e depois, na Tribuna da Imprensa, além de ter passado pela seção internacional do Correio da Manhã. Mas chefiar era diferente. Para a mentalidade da época nas redações, chefe de reportagem devia ser homem e, de prefe-

rência, do gênero sargento.

No Diário Carioca havia um grupo de repórteres antigos que, por isso, não gostaram muito da novidade. O próprio secretário da redação, Deodato Maia, que eu não conhecia ainda, mas era uma figura respeitadíssima, hoje referida por todos os que passaram no jornal, achou que era um pouco demais uma mulher, e ainda por cima jovem (eu estava então com 27 anos) ali no meio daqueles rapazes todos, mandando. Quando ele chegava, já no fim da tarde, eu estremecia. Mas tinha que fingir que nem estava ali. Deodato caprichava nos palavrões, aos berros, passando várias vezes pela mesa onde eu trabalhava. E o pior é que nem sempre eu conseguia esconder o rubor. Era chefe de reportagem de um jornal, na década de 60, e ainda ficava vermelha ao ouvir um palavrão! E Deodato, mestre no assunto, se divertia.

Tive que demitir um repórter que simplesmente não cumpriu a pauta e se recusou a me explicar por quê. Foi horrível, mas acho que o clima melhorou para mim depois disso. E claro que havia o grupo que me dava apoio, como as chefias e alguns repórteres novos contratados. Além disso, já antecipando meu trabalho como professora de jornalismo, me dava muito bem com os estagiários, um grupo ótimo – tinha até Sônia Nolasco, que depois fez bela carreira de jornalista e escritora.

O jornal era ousado e bem-humorado. Às vezes o doutor Prudente tinha que puxar o freio. Como na vez em que eu fui visitar um amigo, Cosme Alves Neto, preso no Alto da Boa Vista, e na carceragem conheci o cabo Anselmo, então considerado um herói revolucionário, e que também estava lá internado. Conversei encantada com aquele jovem com olhar sonhador, que me pediu para lhe levar, na visita seguinte, um livro de Kafka. Queria saber como era essa história de kafkiano que ele ouvia ali dos presos intelectuais. Não levei o livro pedido, mas levei outro, mais leve, e ele acabou me entregando o diário que fazia desde garo-

to, quando morava em Sergipe.

Fui para a redação na segunda-feira, com aquele precioso “troféu” na mão, e mostrei a Zuenir. Na hora, ele disse: “Vamos publicar, em capítulos!”. Mas, pouco depois, chamado à realidade por doutor Prudente, me procurou para dizer: “É, ele tem razão. Não dá. O Anselmo é o inimigo número um da hierarquia militar”. Mais tarde, para meu espanto e desgosto de todos nós que o admirávamos, descobriu-se que o cabo Anselmo era um traidor da causa pela qual dizia lutar. Até hoje penso nisso, não só como um dos episódios trágicos daqueles tempos em que pensávamos, que o governo militar não ia durar muito, como em uma bruta falha minha como repórter. Não vi a fraqueza e a maldade por trás do olhar do rapaz desejoso de conhecer Kafka.



## Araquem Moura

*Mesmo nas ocasiões em que os salários atrasavam, a notícia era sempre o mais importante para todos.*

Só mesmo quem passou pela redação do Diário Carioca pode avaliar a grande escola que era aquele matutino. Eu, muito moço, na década de 50, vindo do modesto jornal Gazeta de Notícias, fui levado pelo grande profissional Gilson Campos para trabalhar na reportagem de polícia.

Foram quase 15 anos de grandes lutas. Ali tive a oportunidade de trabalhar ao lado de importantes nomes da imprensa brasileira, tais como Deodato Maia, Everard Guilhón, Pompeu de Souza, Danton Jobim, Jotaefegê, Evandro Carlos de Andrade, Jorge Mascarenhas, Castelinho, Merival Júlio Lopes, Teodoro de Magalhães Barros, José Henrique Cordeiro, Rufino Borba, Orlando Ali e outras ilustres figuras. Toda a equipe – direção, chefias e subalternos – era uma grande família. Mesmo nas ocasiões em que os salários atrasavam, a notícia era sempre o mais importante para todos.

Antes de assumir a secretaria do DC-Brasília, a edição nacional do nosso Diário Carioca, passei pela reportagem de polícia, onde consegui boas matérias. Cheguei até a prender um assaltante de bancos internacional. Não que tenha efetivamente prendido o meliante, foi um acidente. Aconteceu assim: certa tarde, em abril de 1957, saindo da redação para ir à 8ª Delegacia, que funcionava na Rua da Alfândega, ao passar pela Rua Miguel Couto, ouvi gritos de “pega ladrão” e muita gente correndo. Encostei-me na parede, e um cidadão de boa aparência que estava no meio da multidão, escorregou e caiu a meus pés. Tomei um susto. O cidadão levantou as mãos e pediu para que eu não atirasse. Mas atirar com o que, se eu

nem estava armado! Surpreso, as pessoas me cercaram, dando parabéns pela prisão do assaltante. Claro, eu não disse o que na realidade havia ocorrido.

Fomos todos para a 8ª Delegacia, onde então o Comissário Pompeu da Silva Oliveira, autuou o assaltante e, no livro de ocorrências, lavrou que “um destemido jornalista havia preso em flagrante perigoso ladrão de bancos internacional”.

Ainda na reportagem de polícia, tenho outra historinha: em maio de 1958, um marginal chamado Bartolomeu Pereira da Silva, conhecido como “Baltinho”, assassinou o detetive Melo, um dos policiais mais bem quistos da categoria. Toda a polícia se mobilizou para prendê-lo. Todos sabiam que a ordem era “matar o bandido”. Dias após o assassinato, tendo grande parte da polícia em seu encalço, ele foi localizado num morro na área da Leopoldina, por dois detetives de idade avançada. Quando viu os policiais, “Baltinho” ajoelhou-se, pôs as mãos na cabeça e pediu para não ser morto. Os policiais não tiveram coragem de atirar no homem, que jogou a arma fora e começou a chorar. O marginal foi levado para a Invernada de Olaria, chefiada na época pelo detetive Manga, um grande caçador de bandidos.

Divulgada pelas emissoras de rádio a prisão do marginal, toda a imprensa e grande número de policiais foram para a sede da Invernada. E, lá por volta das 15 horas, chegava à Invernada o delegado Diógenes Sarmento de Barros, titular da delegacia de Capturas, a qual a Invernada era subordinada. O Delegado, acompanhado de quase 100 policiais, deixou sua viatura (um carro de passeio), dirigida por Vitor Gaguinho, na rua, e foi a pé até a sede do setor. No caminho, eu já havia me infiltrado no meio daquela centena de policiais e ia anotando todos os diálogos. Inclusive quando ele, Diógenes, disse que havia sido repreendido pelo chefe (o general Kruel era o chefe de polícia), que condenara a prisão do “Baltinho”, quando sua ordem era para matar.

O detetive Manga ponderou que o autor da prisão era um antigo policial. O grupo já estava chegando na varanda da entrada da sede da Invernada, quando Vitor Gaguinho olhou para trás e me viu fazendo anotações. Virou-se para o delegado e disse: “Dr. Diógenes, o Araquem está anotando tudo!”. Diógenes, totalmente transtornado, avançou em minha direção, pegou minhas anotações, rasgou e me ameaçou: “se você publicar alguma coisa, vai ver o que vai te acontecer!” Ato contínuo, saí correndo, aos gritos, em direção aos outros repórteres que estavam na entrada principal, aguardando que eu trouxesse as informações obtidas. Os companheiros, vendo o que acontecia, fizeram um cordão de isolamento em minha volta, não permitindo a aproximação do delegado.

O acontecimento foi notícia principal em todos os jornais no dia seguinte. A então Associação de Repórteres de Polícia, presidida pelo grande José Montenegro, fez seção de desagravo na sede da ABI, que abriu suas portas para uma manifestação. O dr. Herbert Moses, presidente da ABI, compareceu ao ato para apoiar o jovem repórter. Nessa época eu tinha pouco mais de 20 anos de idade.

Carlos Alberto Castelo Branco

*E ali, apesar das dificuldades,  
tudo era feito com humor, competência e amor.  
Ou quase tudo.*

Cheguei ao Diário Carioca nos primeiros dias de janeiro de 1958, aos 15 anos de idade, em terno do colégio interno e calçado na experiência de diretor-redator-chefe, proprietário, articulista, repórter, diagramador, ilustrador, distribuidor e vendedor do vibrante O Curupaco, simulacro de hebdomadário de vida curta e escassa memória.

No início de sua vertiginosa carreira rumo à decadência, o Diário Carioca era celeiro de talentos que lhe sobreviveriam com louvor em todas as áreas de atividades intelectuais e políticas. E ali, apesar das dificuldades, tudo era feito com humor, competência e amor. Ou quase tudo.

Aluno de um colégio especial, experiência pedagógica reconhecida e louvada em todo o mundo (Colégio Nova Friburgo, da Fundação Getulio Vargas), sempre estive às voltas com os livros. Lendo Dostoievski, Gorki, Eça, Machado, Graciliano, filósofos, economistas e embusteiros desde os 11 anos, acabei tendo uma formação política caótica que me levou à convicção de que eu era um comunista apostólico romano. Mas, na verdade, era apenas ingênuo a ponto de pensar que todas as pessoas são boas e honestas, até prova em contrário.

No curto governo João Goulart, eu já nos meus 20 anos, fui levado, não sei como, para a Assessoria de Imprensa da Presidência da República, no Palácio do Catete. Trabalhava com o Alfredo Gehart, que tentava exorcizar minha burrice

me emprestando livros essenciais para uma boa e produtiva formação política. Os livros eram tão bons que minha mãe, mesmo não entendendo nada de luta consciente, queimou todos eles quando ouviu, no Repórter Esso, as notícias sobre o movimento militar. O governo caindo e eu pensando: “Pô, mãe, e o que é que eu vou dizer pro Gehart?”.

Antes que as coisas desandassem como desandaram, toda manhã ia eu, pimpão, com carteirinha e carro oficial na porta, dar expediente no palácio, onde escrevia um boletim diário e participava da redação do “Material de Informação”, um resumo das atividades do governo e discursos do presidente. Acumulava essas funções com as de redator do Diário Carioca, onde passou a trabalhar um editor de economia muito simpático, ligado às chamadas forças produtivas da nação, que me tratava muito bem e me chamava de inteligentíssimo.

Um dia, esse cujo me disse que, a pedidos de seus “poltrões”, estava organizando um Who is Who, catálogo com o nome, endereço, opiniões políticas e viagens ao exterior de todas as pessoas influentes do país. Muito interessante. Mas havia uma dificuldade, ele me disse: como homem de direita, só tinha informações de pessoas da direita. Era aí que eu entrava. Como homem de esquerda que eu era, e ele respeitava muito minhas convicções políticas, eu poderia ajudar e ainda ganhar um dinheirinho. Quanto? Cinquenta cruzeiros por ficha que eu entregasse preenchida. Fiz os cálculos de quanto ganharia, achei muito, mas concordei.

No dia seguinte, inocente como um burrico bíblico, cheguei ao Palácio do Catete, fui à sala do Alfredo Gehart e pedi autorização para copiar os nomes dos nossos fichários, para atender ao pedido de um amigo muito legal e ainda ganhar um dinheirinho. O Gehart, primeiro, ficou branco; depois, roxo; balançou a cabeça e perguntou: “Quem foi o ca-

nalha que te pediu isso?”. Eu disse, e na mesma hora tive que concordar: eu era mesmo muito burro e o cara era mesmo um canailha. Destruíu minha confiança na amizade e, o que era mais grave, abalou minha confiança em mim. O Alfredo Gehart me deu a mão. Gostaria de apertá-la novamente, e pedir que ele me empreste mais alguns livros.

Fabiano Villanova Machado

*Tínhamos consciência de que  
o nosso jornal havia sido forjado nas lutas  
contra a ditadura Vargas.*

Estive no Diário Carioca de 57 a 65. Trabalhei até editarmos o último número do jornal. Foi um dos dias mais tristes da minha vida. Pouco tempo depois que entrei no DC fui escalado para gerenciar a sucursal no Rio Grande do Sul, dirigida por Antonio Frejat. Foi durante essa época que tive a oportunidade de conhecer melhor a pessoa maravilhosa que era o professor Pompeu. Depois de uma visita que fez a nossa sucursal, fui levá-lo, junto com sua companheira Otília, ao Aeroporto Salgado Filho. Um pouco antes do embarque, ele perguntou:

– Você tá triste, né ? Deixou a namorada no Rio...

– Estou sim, faz uns dois meses que não arrumo um jeitinho de ir até o Rio.

– Você quer ir até lá?

– Ah, seria tão bom!

– Então corre na sua casa, pega a mala e vamos comigo.

E foi assim que o Pompeu de Souza me levou para ver Maria Helena, que está casada comigo até hoje. Esse era o Diário Carioca, uma família.

O nosso salário sempre atrasava, mas trabalhávamos por amor à profissão e pela liberdade de exercer o jornalismo, principalmente pelo ambiente da redação, sempre descontraído e agradável. Um pouco antes do dia marcado para o meu casamento eu havia pedido que o secretário de redação, meu amigo Deodato Maia, intercedesse junto ao Alarico, que era tesoureiro, para liberar um vale. O Alarico me disse que não seria possível, mas

falei com o Zélio Valverde, diretor comercial, a quem eu deveria procurar.

O Zélio, que era um cara humaníssimo, preocupado com os mais jovens e que sempre tirava a turma do sufoco me falou que o dinheiro não iria sair, mas que já estava tudo resolvido: “Você vai passar a sua lua-de-mel em Friburgo. Fica no hotel o tempo que desejar. Colocamos um carro à sua disposição e você passeia à vontade. Também toma essa providência: Está correndo uma lista para a compra de presentes na redação, pede para todo mundo dar em dinheiro”. (Uma lástima, mas só pude curtir uma parte de toda essa mordomia. O Jânio Quadros renunciou à Presidência da República e eu tive que retornar por determinação do Pompeu para cobrir no Palácio Guanabara o Carlos Lacerda, na época, uma das minhas especialidades.)

No Brasil não apareceu um jornal melhor na formação profissional. O Diário foi uma grande escola de jornalismo. Além do manual de redação do professor Pompeu, que nos obrigava a ser modernos e atuais, aprendemos a superar dificuldades como a falta de espaço para publicar as matérias. Assim surgia o slogan “O máximo de jornal no mínimo de espaço”, a maioria das matérias precisava ser condensada em aproximadamente 45 linhas. Com apenas 12 páginas, concorriamos com jornais como Correio da Manhã, Diário de Notícias, O Jornal e Jornal do Brasil, que na época apresentavam um conteúdo muito vasto, não só em termos de matérias e reportagens, mas porque tinham um número de páginas bem maior.

Uma das características que mais bem me faz recordar a redação do DC é a oportunidade que tivemos no dia-a-dia de conviver com pessoas geniais como: Sérgio Porto, que era o nosso Stanislaw Ponte Preta, o Paulo Francis, desde muito jovem esbanjando inteligência, Paulo Mendes Campos, Décio Ottoni, Antônio Bento, Pedro Dantas, pseudônimo do grande Prudente



de Moraes, neto, Mr. Eco e Jean Pouchard, que substituiu Maneco Müller, o inventor do columnismo social no Brasil, usando o pseudônimo de Jacinto de Thormes. Um homem de finíssimo trato.

Todos nós que trabalhamos no Diário Carioca tínhamos consciência de que o nosso jornal havia sido forjado nas lutas contra a ditadura Vargas. Dentro da redação se respirava um clima de respeito às liberdades públicas e democráticas. O jornal apoiou todo o governo de JK com grande ênfase. Também ficou com o Governo João Goulart. Na noite de 31 de março, o nosso chefe de redação era Josimar Moreira, o maior mancheteiro que este país já teve. Naquele dia, ele decidiu que iria descansar um pouco no Hotel São Francisco enquanto o jornal rodava.

Como tinha uma boataria danada e falavam em invasão, o que já havia acontecido na Última Hora, ele pediu que eu e o Nelson Jorge ficássemos na redação para avisá-lo sobre qualquer incidente. Lá pelas tantas, chegaram cinco rapazes dizendo que eram do Dops e que o jornal não poderia circular. Eu e o Nelson, com apoio de alguns companheiros da oficina, na mão e na conversa, decidimos prender os intrujões. Dois fugiram, mas três deles nós conduzimos para o Ministério da Marinha, entregando nas mãos do Tenente Lobato, que era o oficial-de-dia e comandante da guarda dos fuzileiros navais

Como eu conhecia o Milton Temer, que era oficial da Marinha e servira no gabinete do ministro Paulo Mário, depois de ser afastado das Forças Armadas, sendo inclusive cassado com aquela pecha de subversivo, ele decidiu me procurar para tentar um emprego, pois precisava trabalhar. Eu sabia que o Temer era um rapaz inteligente, com uma conversa muito agradável. Nós tínhamos uma vaga no copy. Que estava sobrecarregado de trabalho. Então, decidi ir até o Prudente de Moraes, neto, e falar do problema do nosso amigo. "Fabiano", disse o Prudente, "senta

o tenente aí no copy, explica o que é um lide, dá uma matéria para ele acertar e traz aqui para eu dar uma olhadela”. E lá fui eu novamente com o Prudente que disse: “Ótimo. Ele sabe escrever. Pode ir longe”. E foi.

Eu sempre procurei trabalhar com os fotógrafos em equipe. Da mesma forma que eu sugeria uma foto, aceitava uma indagação numa entrevista ou uma informação a mais. Até alguns motoristas mais afoitos e com melhor entrosamento, como era o caso do Toninho Americano, participavam da reportagem. Outra qualidade do DC era o bom relacionamento da redação com os companheiros gráficos da oficina. Eles participavam dos trotes nos focas e movimentos reivindicatórios chegaram a ser feitos em conjunto. Tenho saudades do Borba, do Waldir, do Darcy, o nosso Boi... Não podia esquecer também os contínuos da redação: o português Amadeu, o Olegário, o Lumumba, o Félix e o meu querido Cartola, um dos maiores poetas da MPB. Todos integravam a família do DC.

No Diário Carioca tive a oportunidade de cobrir várias áreas: polícia, sindical, geral e política. Esta última incentivado pela minha querida amiga Ana Arruda, primeira mulher a ocupar aqui no Rio uma chefia de reportagem. Grande companheira de lutas nas batalhas sindicais dos jornalistas, sabia muito bem como lidar e chefiar todos aqueles homens. Na época, na Assembléia Legislativa do Estado da Guanabara houve um escândalo, que ficou conhecido como o do Panamá, e foi a Ana quem me deslocou para lá. Depois de escrever sobre o Panamá, fui ficando na assembléia como setorista e acabei ingressando na política. Cerca de dois anos depois, eu já era presidente do Comitê de Imprensa da Assembléia e, escolhido pelos colegas, ganhei a eleição para deputado pelo MDB.

Fichel Davit

*Naquela época, jornal dominical era dominical mesmo. Ao contrário de hoje, em que os jornais rodam na tarde de sábado.*

Quando entrei no Diário Carioca, fazia a diagramação do segundo caderno – a Revista da Sociedade, dirigida por Mauro Valverde, mais conhecido como Jean Pouchard, pseudônimo que usava como colunista social. O tablóide tinha uma equipe fantástica de redatores e copidesques, entre eles, Aluisio Flores, Milton Coelho da Graça, Oscar Maurício Azêdo, José Ramos Tinhorão, Décio Vieira Ottoni – que era cronista de cinema e já morreu – e o Lan, que fazia a caricatura de alguém do high society para publicarmos na última página.

Embora o DC não fosse um jornal diagramado como os de hoje, tinha seu estilo. Foi uma publicação que fez escola. Todos participavam das matérias, a palavra de ordem era colaboração. O entrosamento era grande. Havia muitas brincadeiras e curtíamos ouvir as bobagens que nós falávamos.

Além de fazer a diagramação no papel, trabalhava na secretaria gráfica, acompanhando a montagem do jornal na oficina. Sábado à tarde a revista tinha que estar pronta para ser encartada na edição de domingo. Naquela época, jornal dominical era dominical mesmo. Ao contrário de hoje, em que os jornais rodam na tarde de sábado.

Como a Revista da Sociedade era um suplemento do Diário Carioca voltado para a sociedade, havia correspondentes que eram colunistas sociais em vários estados. Suas matérias chegavam e quem fazia o copidesque era o Décio Vieira Ottoni, uma figura muito engraçada. Ele tinha uma pasta que bati-

zou de “matéria-prima em estado bruto”. Ali ele guardava as matérias que depois seriam copidescadas.

História interessante é a do Fernando Presídio. No início dos anos 60, houve um acidente de trem bastante violento no Rio, na Mangueira, que matou mais de 60 pessoas. O Fernando foi cobrir o desastre e, no meio do seu texto, encontramos a seguinte pérola: “E, mais adiante, uma dentadura se abria para o céu”.

A gente brincava muito com os focas. Uma das brincadeiras mais comuns era falar para eles: “Olha, a gente vai fazer um teste para ver como está a sua redação. O Macedo Soares avisou que não vai escrever hoje e a direção resolveu que você vai fazer o artigo no lugar dele”. Chegávamos ao requinte de mandar o texto para a oficina, onde o pessoal fazia a montagem e tirava uma prova de prelo. Aí mostrávamos a prova para o estagiário, dizendo que era como sairia o artigo. E no dia seguinte... era aquela gozação.

Francisco Alaor Barreto

*Partiram do DC várias iniciativas que, após alguns anos, tornaram-se eventos tradicionais da cidade.*

Entrei para o Diário Carioca em março de 1957, por indicação do meu ex-colega e amigo, o cronista esportivo Armando Nogueira. Foi fácil a minha adaptação ao novo emprego, pois o DC cultivava um conhecido liberalismo em sua redação, na época dirigida por Danton Jobim e Pompeu de Souza. Graças àquele ambiente democrático logo me entrosei com o pequeno grupo de quatro ou cinco repórteres-fotográficos existentes no jornal.

Como novato fui, naturalmente, bastante explorado pelos mais antigos, o que me proporcionou também um intenso treinamento em áreas que praticamente desconhecia, pois eu vinha do jornal comunista Imprensa Popular. O DC possuía boas seções de polícia, turfe, música popular, política, esporte, sociedade (Jacinto de Thormes e Jean Pouchard) e, nos fins de semana, editava um caderno excelente de assuntos internacionais.

Foram daquela redação nomes de destaque do jornalismo carioca. Danton e Pompeu comandaram redatores como Carlos Lacerda, José Ramos Tinhorão, Ibsen Pinheiro, José Silveira, Armando Nogueira, José Louzeiro, Stanislaw Ponte Preta, Carlos Castelo Branco, Ascendino Leite, José Auto de Abreu, Jânio de Freitas e Evandro Carlos de Andrade.

Partiram do DC várias iniciativas que, após alguns anos, tornaram-se eventos tradicionais da cidade: as eleições para Rei Momo e Rainha do Carnaval, desfile do Papai Noel pela cidade e a sua descida de helicóptero no Maracanã. Matérias que empolgaram o Rio, como a da venda de um bonde da Light para um

caipira mineiro, em Vila Isabel; a série de matérias sobre o “Gavião da Candelária”. Vitoriosas campanhas pela indicação de JK e pela sua eleição à presidência da República, assim como de João Goulart como vice, a eleição de Brizola no Rio Grande do Sul, de Miguel Arraes, em Pernambuco, de Roberto Silveira, no Estado do Rio, e uma dezena ou mais de outros eleitos com a influência poderosa do pequeno e combativo DC. A campanha para que fossem indicados e eleitos JK e Jango foi memorável. A construção de Brasília e da Belém – Brasília, a industrialização, tudo teve a aprovação do DC.

De tudo isso participei com o DC e tenho de tudo viva lembrança. Foram bons e maus momentos, como o 11 de novembro de 1957, quando, sob o comando de um grupo de oficiais democratas, o Exército acabou com a “festa” de Lacerda e sua UDN, contrários à posse dos eleitos JK e Jango. Aqueles mesmos derrotados no 11 de novembro, foram à forra em 1º de abril de 1964 e aí tinha início o desfiladeiro, ladeira abaixo, do valente DC que editou seu último número em 31 de dezembro de 1965.

Gilson Campos

*Foi no Diário Carioca que pela primeira vez se publicou matéria sobre bichos, com sabor humano.*

A redação do Diário Carioca era muito simples, com paredes e tetos pintados de amarelo claro, mesas de madeira que pretendiam ser padronizadas e máquinas de escrever de diferentes marcas, na maioria portáteis. Singelo, singular. Uma grande mesa central, destinada aos redatores que não tinham função editorial definida, era o ponto de encontro ideal para as conversas logo depois do almoço – o início do trabalho do matutino. Tudo transcorria nesta grande sala que, ao fundo, ao lado da janela, tinha o secretário da redação, Everardo Guilhón e, ao lado, isolado, numa mesa bagunçada, Renato Jobim durante o dia e à noite Luiz Paulistano, chefe-geral de reportagem, editor, mentor, amestrador, conciliador, criativo e apaixonado pela notícia. Renato Jobim exercitava a reportagem, com sua voz de baixo operístico, contrastando com Paulistano, efervescente e de voz mais definida, um pouco cantada de suas origens goianas.

O Diário Carioca tinha um slogan que sempre foi o interesse de todos os veículos: “O máximo de jornal no mínimo de espaço”. E era mesmo. Uma dose de ufanismo marcava a vaidade do jornal. Abaixo do endereço, no expediente, estava lá: Sede própria. No cabeçalho principal: Fundador – J. E. de Macedo Soares, Diretor Presidente – Horácio de Carvalho Jr. e Diretor Redator Chefe Danton Jobim.

A sala da diretoria ficava na mesma sobreloja, no vértice da Avenida Rio Branco com São Bento, local geralmente inacessível aos plebeus. No meio do caminho entre a redação e os almofadões de couro

de primeira classe dos sofás que decoravam o ambiente diretório (vez por outra era furtivamente utilizado para sono reparador de repórteres noturnos e exaustos), ficava um corredor livre e um bucólico bebedouro (novidade na época) e um banheiro privativo.

À mesa grande, canto relativo à Praça Mauá, amontoavam-se os telegramas da United Press e France Press que chegavam de hora em hora levados por ciclistas. João Ferreira Gomes, Jotaefegê, gravata borboleta, cabelos grisalhos, pele negra clara, mordaz e atento, criteriosamente separava os telegramas e abaixo do nome do destinatário – para edição – sublinhava com um toco de lápis vermelho, um toque de elegância. Seus óculos refletiam o vai-e-vem do fim da tarde. Uma figura inesquecível, o Jotaefegê. A mesa era de todos.

Ao seu lado, Américo Palha anotava as efemérides para fazer um artiguete, ou lembrar alguma coisa ao chefe da reportagem. Ali mesmo, o Professor Mirakoff, um alourado cinquentão, risonho, consultava a coleção do ano anterior, para não repetir, ou repetir, o horóscopo do dia seguinte.

No fundo, sentido Obelisco, oposto ao secretário, ficava o setor policial. Wilson de Oliveira, o “Wilson Charuto”, com um intrigante charutão, geralmente importado, lambia os beiços para preparar a página, ao lado de Barnabé de Campos e Funchal Garcia, os encarregados de manter em dia as informações que vinham da Polícia Central, das delegacias e dos hospitais da cidade. Cada jornal, na época, tinha um plantonista, num intrincado conluio de notícias multirrepartidas entre matutinos e vespertinos. Exclusivamente era uma raridade. Todos sabiam de tudo.

Aprendiz não tem muito que reclamar. Uma mesinha que ficava perto do bebedouro era um ponto estratégico para apreciar o que acontecia. Era chegar, sentar, escrever a matéria, tentar o título, entregar ao chefe e esperar a próxima missão.

Quase sempre, por volta das três da tarde, a porta de vai-e-vem de acesso à redação se abria e o ventinho que subia pela pequena



escada de ligação com a sobreloja anunciava algo diferente. Era o perfume de dona Lily de Carvalho, ex-Miss França, que chegava para encontrar o seu marido, Horácio de Carvalho Jr. Ela passava suave às minhas costas, sempre sorridente, elegante, com os seus vestidos vaporosos, semblante feliz e ar levemente adocicado do perfume parisiense, que apenas mulheres de boa pele sabem fazer a fragrância fluir e marcar sua presença.

Luiz Paulistano era funcionário dos Correios e trabalhava no Diário Carioca. Era um jornalista completo, pois reunia uma cultura invejável e sabia de tudo o que ocorria na cidade, no país e no mundo. Na sua máquina portátil, uma pequena Royal, ele escrevia com uma velocidade incrível e sem erro. Seus títulos saíam de primeira. Nunca colocava uma segunda folha para recomeçar um texto. Reescreveu muitos textos de jornalistas que mais tarde se tornaram famosos, brilhantes, e os instigava a ler e estudar.

Foi no Diário Carioca que pela primeira vez se publicou matéria sobre bichos, com sabor humano. O hipopótamo que engoliu um chapéu e passou mal vários dias – quase morreu – noticiado diariamente e o gavião da Candelária, que rendeu dias e dias de matérias de primeira página, com gente ficando parada no meio-fio em volta da igreja esperando o gavião aparecer. Tudo isso tornava o Diário Carioca uma escola inesquecível para os que tiveram oportunidade de contribuir para um jornalismo sadio e eletrizante.

Muito ainda se escreverá sobre este jornal, que nos anos de 52 a 56 reuniu uma das melhores equipes de jornalistas do Rio de Janeiro. Muitos deles ascenderam posições de comando em diferentes veículos de comunicação e são considerados patamares do jornalismo.

Quando deixei de ser repórter do Diário Carioca para ascender à posição de chefia no próprio jornal, muito jovem ainda, passamos a viver um tempo exclusivo para o jornalismo. Ainda hoje, acompanho uma cobertura jornalística como se fosse da equipe dos jornais que continuo a ler. Nunca perdi o espírito de operário da notícia.

Jorge Guilherme Pontes

*O jornal parou de existir sem que houvesse tempo de viver um novo momento da imprensa brasileira...*

Era uma escola, numa época em que o jornalismo abrigava profissionais formados nas próprias redações, não apenas por falta de faculdades, mas principalmente em razão da profissão oferecer poucos atrativos, numa atividade maravilhosamente romântica.

Eu vivi o DC num tempo em que quase todos os jornalistas trabalhavam em mais de uma empresa, para poder “juntar” um salário razoável. O Diário era o meu último pouso do dia, e era, certamente, onde eu encontrava muito trabalho. Mas aquela redação era gratificante e agradável.

Os profissionais, a maioria composta de jovens iniciantes, gostavam do jornal, onde a competência e o interesse profissional se aliavam num clima de cumplicidade e amizade.

Política e ideologias eram temas de discussões diárias, na redação e nas “sucursais” do SB-9 e outros bares próximos da Av. Rio Branco, onde o jornal ocupava uma sobreloja na esquina da São Bento. A oficina ficava no subsolo.

O Diário foi palco de importantes e, algumas, engraçadas situações. Uma delas foi a visita que o candidato à presidência da República, marechal Henrique Teixeira Lott, fez ao DC. O candidato contava com o apoio do jornal e percorreu a redação cumprimentando cada um dos jornalistas. Mas, na hora de descer à oficina parou e avisou com a seriedade que lhe era peculiar: “Nada de demagogia!”. Constrangimentos à parte, ficou acertado que o marechal não seria flagrado apertando a mão de operários, um gesto que, segundo ele, poderia denunciar uma atitude demagógica.

Foi água gelada no entusiasmo dos eleitores que lá trabalhavam: a candidatura Lott não teria nenhuma chance, concorrendo com Jânio Quadros, que comia sanduíche de mortadela sentado no meio-fio das calçadas, carregava uma vassoura para varrer a sujeira existente no país e estimulava a caspa, sempre visível nos seus paletós.

Do folclore daquela redação, um outro acontecimento: às vésperas do golpe de 64, mais de 50 oficiais do Exército, fardados, saíram do Clube Militar, no outro lado da Rio Branco, para protestar contra matéria publicada no jornal, e exigir retificação.

– Quem é o manda-chuva? – perguntou o major, porta-voz do grupo.

– Ele... ele... ele – responderam o chefe de redação, o secretário e o chefe de reportagem, uma ousadia que surpreendeu os “visitantes” e virou chacota, em outras redações.

Produzindo um jornalismo sério e corajoso, o Diário garantia o respeito dos seus empregados. Não havia quem trabalhasse pouco e de má vontade nem quem ganhasse muito. Todos viviam o jornal e nenhum dos profissionais tinham com ele um relacionamento restrito às Leis Trabalhistas.

O copidesque raramente “penteava”. Ele reescrevia. Em alguns casos, o redator deixava o texto de lado, chamava o repórter e mandava: “Senta aí e conta”. O repórter, constrangido, “contava” o que vira, ouvira e tentara reportar, e logo a matéria estava acabada e encaminhada ao secretário, para diagramação. Era mais rápido, diziam, do que pentear ou reescrever; e isso numa Olivetti ou numa Remington, porque o computador nem em sonhos existia.

O copy tinha os seus fantasmas. Um deles, o setorista, responsável pelas notícias, por exemplo, dos Tribunais de Justiça. Ele só ia à redação para entregar o noticiário apurado durante o expediente e ficava um tanto alheio aos ensinamentos que circulavam na redação. Escrevia muito, sem pontuação, e em espaço um. Um verdadeiro suplício. Só mesmo o “senta aí” evitava a trabalhadeira danada que aquelas matérias exigiam.

O Diário Carioca era diferente. Apesar das crises que enfrentou, a partir do apoio a João Goulart, e que não conseguiu superar no governo militar, seus profissionais trabalhavam motivados, mesmo em situações como a da guerra da lagosta, uma hilariante patriotada que levou navios da Armada brasileira do Rio ao Nordeste, em busca de pesqueiros franceses, que estariam atuando em nosso mar territorial com escolta naval daquele país. O cruzador que levava representantes da imprensa – incluindo o repórter do DC – só conseguiu chegar ao sul da Bahia, onde procurou um porto seguro, no enfrentamento de uma pane. O repórter do DC foi o único a permanecer com a tripulação da Marinha de Guerra: o jornal não tinha dinheiro para repatriá-lo. E ele lá ficou, sem testemunhar a guerra que, felizmente, jamais existiu.

Ressuscitar o Diário Carioca – houve tentativas – seria impossível: o jornal parou de existir sem que houvesse tempo de viver um novo momento da imprensa brasileira, onde a administração, as finanças, os interesses comerciais seriam mais importantes do que os textos, a notícia, as verdades e o amor pelo jornalismo. O jornalismo hoje é um negócio que precisa dar lucro. O DC não viveu esse momento nem essa exigência; e, ao profissional, era permitido agregar um pouco de paixão à apuração e ao texto que iria oferecer aos seus leitores.

O Diário Carioca foi importante e deixou saudade como um dos veículos de comunicação que transformou muitos focas em experientes profissionais, requisitados por outros jornais e outras empresas de comunicação.

José Louzeiro

*Não fazíamos o jornalismo burocrático, sem sal e sem vida. Na nossa loucura, tínhamos comprometimento com o que escrevíamos.*

O DC era mais que um jornal: em função da liberdade que tínhamos de trabalhar e do ambiente da mais absoluta cordialidade, foi fazendo com que, eu e todos os demais companheiros, fôssemos transformando aquela redação em prolongamento das nossas casas. E, o que é curioso: nenhum jornal da época atrasava tanto o pagamento.

Esse amor à “causa jornalística”, inspirado pelo DC, que eu nunca soube definir, nos mantinha como equipe homogênea, dedicada, afinada, devotada. Como era normal que cada um de nós trabalhasse em outros jornais, para sobreviver, sempre encontrávamos um jeito de enforçar o expediente no Correio da Manhã e no Diário de Notícias, por exemplo, para não faltar ao trabalho no DC.

O que nos atraía tanto numa redação cujo “dia do pagamento” era uma incógnita e, muitas vezes, estando o coleguinha na fila, o dinheiro acabava e ele teria que se conformar em esperar uma “outra oportunidade”?

Creio que fosse o ambiente alegre, descontraído e, ao mesmo tempo, sério. O DC foi, sem dúvida, uma verdadeira escola de jornalismo. Graças à orientação de Pompeu, à elegância de Castelinho e à competência de Luís Edgard de Andrade, por lá afinávamos nosso texto; aprendíamos a escrever e tudo isso num clima de camaradagem, de humildade, com os mestres fingindo que, também, aprendiam conosco.

Dedé Maia e Everardo Guilhón extrapolavam os papéis de secretários de redação: a par das tarefas normais, comportavam-se como “animadores da redação”, onde encenavam verdadeiros esquetes. Se havia uma visita na hora em que se iniciava o “drama do fechamento”, o que

poderia importar em atraso da rodada, eis que os dois promoviam uma inesperada discussão, falsamente dramática. Em meio às palavras ásperas e até alguns palavrões, eis que Guilhón sacava um punhal e avançava na direção de Dedé, sendo contido por Catão, Jotaefegê e o contínuo Cartola que, cúmplices da brincadeira, agiam com a maior seriedade.

Resultado: quando a “quase agressão” era dada por concluída, a visita já havia desaparecido e todos achavam muito engraçada a representação. Nós do copy nos limitávamos a rir, pois com tanta matéria para ser reescrita, não sobrava muito tempo para as brincadeiras. Mas é bom registrar: Guilhón e Dedé promoviam seus esquetes, mas estavam sempre produzindo.

Se o DC ia se tornando pouco significativo, enquanto os demais órgãos de imprensa cresciam – destaque para o Jornal do Brasil e O Globo –, nós continuávamos ligados ao jornal de Pompeu de Souza, agora com um novo redator-chefe, Ascendino Leite, escritor de renome, autor de um romance famoso intitulado *Viúva branca*.

Educado, sensível e exigente, era magro, baixo, cabelo cortado a militar, já meio grisalho e meio calvo, óculos de grau e um cacoete: mastigava a dentadura postiça. Logo que assumiu o cargo, tomou uma providência: mandou pintar a parede que existia por trás da sua mesa, com uma quantidade de anotações a lápis, números de telefones e até recortes de jornais anunciando festas e eventos que a reportagem deveria cobrir. Melhor dizendo: a tal parede mais parecia uma agenda coletiva.

Em um final de semana Ascendino providenciou a limpeza. Na segunda-feira foi aquele espanto! E os telefones? E as marcações dos eventos? Dedé e Guilhón reclamaram entre eles, agora sem brincadeiras, sem deboches. Jotaefegê, o grande carnavalesco da cidade, sempre elegante, com sua camisa branca e a gravatinha borboleta, sugeriu que o novo redator-chefe fosse chamado às falas, pois deveria ter anunciado a medida que iria tomar.

Seja como for, a parede estava pintada e não adiantava reclamar.

Acontece que, certa noite, início do expediente, eis que Dedé Maia determina que o contínuo, Cartola (o compositor), inaugurasse “o mural” com determinado número de telefone.

Cartola subiu num banquinho e lá estava escrevendo, com um lápis bicolor, quando foi surpreendido por Ascendino, que chegou silencioso, ficou alguns instantes acompanhando o que considerava imprudência e, mais até que isso, uma afronta. Ferido no seu orgulho, o redator-chefe ajustou os óculos, esbravejou:

– O que é isso, seu Cartola? Por acaso o senhor pensa estar no seu barraco?

– Não, senhor. No meu barraco, eu tenho um caderninho pra fazer anotações.

O passo seguinte do redator-chefe, ainda em relação à parede, foi responsabilizar Deodato Maia pelo atrevimento de Cartola. Nesses momentos, o secretário fingia estar sempre ocupado, riscando diagramas e baixando matérias. Mas Ascendino estava disposto a reclamar, exigiu que Dedé prestasse muita atenção ao que estava dizendo.

– Pois, não, chefia! Sou todo ouvidos. Claro que vi Cartola escrevendo na parede e, se você acha que não pode, ele apaga e tamos conversados!

– O senhor não entendeu, seu Deodato... Mandei pintar a parede para dar um outro aspecto a esta redação!

– Taí, minha gente! – disse Dedé Maia dirigindo-se a todos nós, como fazia nos momentos de abertura. – Seu Ascendino quer limpar a redação e começou sumindo com os telefones de emergência que não podemos guardar de cabeça! Acho que ele tem toda razão. Atenção, seu Cartola. Mais um rabisco na parede e vai se entender comigo.

Fingindo não entender a ironia, Ascendino voltou à sua mesa, deu início ao trabalho. Houve um certo constrangimento. Redatores e repórteres silenciaram, pois ninguém sabia, exatamente, quem era Ascendino Leite. E se ele pedisse a demissão de Dedé Maia? E se substituísse Cartola por outro contínuo? Nada disso aconteceu.

Ascendino não era de guardar mágoas.

Mas Guilhón não deixou por menos. Falou baixinho com o parceiro e afastou-se dando risadas, enquanto Ascendino o encarava sem entender o motivo de tanta alegria.

Depois, foi o contínuo Leodegário quem se aproximou da mesa de Guilhón e logo se afastou. Foi para os fundos da redação onde havia uma grande mesa com as coleções dos jornais do dia. Por lá ficou, quando Dedé Maia chamou-o com voz de baixo profundo.

– Camunga, avança!... Entrega essa matéria na mão do linotipista Frazão, o Beraba. Diz pra compor rapidinho...

– Nessa noite e nas demais, o grito de Camunga ecoou pela redação. Quando o episódio envolvendo a parede já havia sido esquecido, eis que Ascendino Leite é quem grita, chamando Leodegário:

– Seu Camunga, traga café para todos nós!

A risada foi geral e irrestrita. Por alguns instantes, Ascendino ficou sem entender. Depois, claro, percebeu que Camunga era ele próprio e pôs-se a rir. Essa era a redação do DC, com suas nuances de picadeiro, mas assinalada pela marca da liberdade de trabalhar, do companheirismo, de uma visão de mundo diferente que dava ao jornalismo o caráter de dogma, de paixão ou, simplesmente, “cachaça”, como era comum dizer-se.

Não fazíamos o jornalismo burocrático, sem sal e sem vida. Na nossa loucura, tínhamos comprometimento com o que escrevíamos; havia coragem de dizer e assumir as culpas quando surgiram os processos por crime de imprensa ou os enfrentamentos com a polícia.

Certa noite, quando já estávamos quase todos, do antigo copidesque do DC, em outras redações, eis que somos convocados por Dedé Maia para celebração inédita: velório pelo DC que havia morrido, na manhã seguinte estaria enterrado e, por isso mesmo, fora das bancas. Na sobreloja da Avenida Rio Branco, choramos, fizemos discursos e, para completar a cerimônia, fomos para o Bar Flórida, no Edifício A Noite, na Praça Mauá, onde enchemos a cara.



José Ramos Tinhorão

*Bem examinado, porém,  
tudo se passava num clima muito brasileiro  
de bagunça organizada...*

A hoje reconhecida como “revolução na imprensa”, realizada na redação do jornal Diário Carioca, no início da década de 50, resumiu-se, na verdade, a um exercício de concisão e objetividade na forma de comunicar fatos enquadrados na categoria jornalística de notícia.

No fundo, o que o redator-chefe, Danton Jobim, juntamente com Pompeu de Souza na chefia da redação, e Luiz Paulistano, na reportagem, procuravam conseguir era a adaptação do ideal configurado na moderna técnica do jornalismo norte-americano (“o máximo de informação no mínimo de espaço”), através da obediência dos redatores às regras básicas do chamado lede.

Ao lado dessa exigência para a boa redação das notícias ou reportagens, havia naturalmente uma série de outras disposições enumeradas em um folheto de 16 páginas intitulado Regras de Redação do Diário Carioca, que, apesar de claramente dirigido à tradição de prolixidade brasileira, que desejava eliminar – “Evitar palavras desnecessárias (especialmente adjetivos) e frases feitas” – era muito americanizadamente chamado na intimidade da redação de style book.

Relembrada assim – por sinal de forma tão obediente às tais Regras de Redação – é possível imaginar hoje, 50 anos depois do acontecimento, que essa tal “revolução na imprensa carioca” aconteceu em clima de alguma seriedade acadêmica, com teóricos de linguagem jornalística expondo princípios a alunos tentando aplicá-los na prática da comunicação escrita. Nada mais

ilusório. Aliás, se se pudesse contrariar um pouco uma das regras básicas do style book – “evitar palavras chulas e expressões de gíria” – não seria impróprio dizer que todo aquele trabalho coletivo de reformulação da linguagem jornalística transcorria num clima de autêntica escolhambação.

Depois da mudança das instalações do Diário Carioca, na virada das décadas de 40/50, da vizinhança da Gafieira Estudantina, na Praça Tiradentes, para a sobreloja de um prédio comercial da Av. Rio Branco, quase esquina com a rua São Bento, era comum ouvir a tonitroante voz de barítono do secretário Deodato Maia a conversar da janela da redação, aos berros, com algum conhecido avistado do outro lado da avenida, na esquina da rua Mayrink Veiga.

Na saleta vizinha à redação, onde Prudente de Moraes, neto, escrevia à mão seus artigos políticos, entre silenciosas baforadas do charuto que pousava com calma sobre uma caixa de fósforos a sua frente, o elétrico chefe de redação Pompeu de Souza, sempre a mordiscar sua aliança enquanto lia alguma matéria, explodia às vezes numa gargalhada que fazia estremecer as banhas de sua proeminente barriga de baixinho bem-nutrido. Como aconteceu, aliás, quando, ao reclamar do responsável pela coluna O dia astrológico, dr. Mirakoff, o fato de repetir sempre o publicado no mesmo dia do ano anterior, pedindo-lhe que não mais se limitasse a meras indicações de “Favorabilidades” (“Dia favorável para viajar” etc.), recebeu a nova coluna com a grande novidade de um adendo: “Favorabilidades negativas”.

O chefe de reportagem Luiz Paulistano (que morreria anos mais tarde na queda do helicóptero de um governador do Estado do Rio) assistia a tudo com o mesmo sorriso sereno com que incitava sua equipe a alimentar as reportagens em série que criava, como a dos “Gaviões da Candelária”, baseada na denúncia inicial de que um gavião, morador nas torres da igreja, estava

atacando em inesperados vôos rasantes os pombinhos atraídos pelo milho espalhado nas redondezas do templo.

Bem examinado, porém, tudo se passava num clima muito brasileiro de bagunça organizada, em que regras eram de fato aplicadas, mas sem desprezo das exceções que viessem atender a exemplos de atrevimento criativo, como o de escolher um verso do poeta latino Virgílio para título de uma foto mostrando um boa-vida a dormir em dia de trabalho, à sombra de uma árvore da Praça da República: “Deus nobis haec otia fecit”.

A gracinha, por sinal, partia de um jovem estagiário pouco antes recrutado por Armando Nogueira na faculdade de Direito para experiência na redação do Diário Carioca, e que já devera sua admissão definitiva ao quadro de redatores a um texto legenda publicado na primeira página da edição de 11 de setembro de 1933:

“Uma lâmpada explodiu no interior do Teatro Copacabana e o fogo (era dia de folga da Companhia) subiu à cena num espetáculo à parte. Foi destruído o guarda-roupa das Mulheres feias, peça que a sra. Henriette Morineau vinha representando com os Artistas Unidos. Os bombeiros, como em todas as tragédias de fogo desta cidade, chegaram no terceiro ato, mas faltou um personagem: a água. Das calçadas fronteiras, onde se amontoou a bagagem dos hóspedes do Copacabana e o estoque das lojas comerciais vizinhas, vários Artistas Unidos assistiram (unidos) ao melancólico espetáculo em que não puderam tomar parte.”

O nome do jovem candidato a jornalista, desde então transformado em copidesque para o resto de sua vida profissional, era este mesmo José Ramos Tinhorão.

Luís Edgar de Andrade

*Há jornais em que a gente trabalha e depois esquece. Outros, como o DC, imprimem caráter para o resto da vida.*

Corria o ano de 1953 no Rio de Janeiro. O redator principal do Diário Carioca era um jovem jornalista chamado Armando Nogueira. Num sábado do mês de novembro, ele chegou à redação mais cedo, por volta do meio-dia. Precisava sair às duas e meia para jogar sua pelada semanal com os amigos. O chefe da redação, Pompeu de Souza, entregou-lhe, sem ler, um calhamaço datilografado.

– Reescreva isso.

Era o perfil do promotor Cordeiro Guerra, escrito por um foga de 22 anos, chamado Evandro, um empregado de hotel, que alguém havia apresentado, uma semana antes, ao chefe de reportagem, Luiz Paulistano.

De caneta em riste, Armando Nogueira preparou-se para corrigir os erros, antes de reescrever o texto. Como estudante de Direito, ele estava interessado no assunto. Cordeiro Guerra era tido, no Rio, como um promotor terrível, que conseguia sempre, nos júris, a condenação do réu. No fim da leitura, a caneta de Armando continuava na mão, sem ter sido usada. Ele devolveu as laudas.

– Matéria perfeita. Não há o que mexer.

Pompeu de Souza, futuro senador por Brasília, que ainda não tinha sido fundada, ficou irritado.

– Você é um preguiçoso. Está querendo sair para o bate-bola.

– Nada disso, Pompeu. Passe uma vista.

Pompeu de Souza leu a história, lauda a lauda, com atenção. Não encontrou uma vírgula a mais nem a menos. No dia seguinte, domingo, o perfil do promotor Cordeiro Guerra saiu na primeira

página, assinado pelo desconhecido Evandro Carlos de Andrade.

Três anos depois, o jovem foca substituíra Pompeu de Souza, promovido a diretor. Passava a ser o chefe de Armando Nogueira.

Como todos eram apelidados no Diário Carioca, ele também ganhou de imediato um apelido: Palmeira Triste. Por extenso, Palmeira Triste à Beira de um Regato em Noite de Luar sic. O famoso copidesque José Ramos saiu do DC com o nome — para o resto da vida — de José Ramos Tinhorão.

Quando cheguei ao Diário Carioca, em 1958, convidado por Evandro para chefiar o copidesque, o jornal já era famoso por ter introduzido o lide na imprensa brasileira. Só ele, entre todos os jornais do país, tinha um manual de estilo. Na verdade um modesto folheto de 16 páginas intitulado Regras de Redação do Diário Carioca, que começava com uma recomendação muito simples: “Escrever sempre à máquina, de um lado só da folha, no papel padronizado e em espaço dois”.

A chegada do lide ao Brasil, 50 anos depois, parece banal. Na época, foi uma revolução. Basta lembrar que, mais tarde, nos anos 60, quando fui correspondente em Paris, o lede ainda não havia chegado à imprensa francesa. A narrativa cronológica determinava o estilo das notícias nos jornais de Paris.

Pompeu de Souza, autor do manual, trouxe o lide de Nova Iorque, onde estagiou como jornalista durante a Segunda Guerra Mundial.

Tudo quanto os repórteres e os redatores escreviam passava naquele tempo pelo copidesque a fim de ser reescrito e enquadrado nas regras de estilo. Para mim, recém-saído do Ceará, com uma passagem pela revista O Cruzeiro, chefiar o copidesque do Diário Carioca foi uma experiência inesquecível. Seus redatores eram nomes como Nelson Pereira dos Santos, Ferreira Gullar, José Louzeiro, Nilson Lage, José Carlos Oliveira, Esdras do Nascimento e Hermano Alves. Qualquer um deles poderia estar hoje, com muito brilho, na Academia Brasileira de Letras.

Há jornais em que a gente trabalha e depois esquece. Outros, como o DC, imprimem caráter para o resto da vida. Todos os redatores e repórteres que trabalharam em sua redação saíram marcados, para sempre, pela preocupação de estilo.

Além do amor ao lide, devo ao DC uma extravagância no paladar: a saudade da cozinha sueca. Nos dois anos em que trabalhei como editor, na esquina carioca de Rio Branco com São Bento, jantava no SB9, um pequeno restaurante ali perto, onde serviam, todas as noites, smörgardsbord com chope escuro. SB9 não era uma sigla sueca, como se pode supor, mas a abreviatura do endereço: Rua São Bento 9.

Esquecidas entre as páginas do manualzinho empoeirado, que tirei da gaveta, encontro quatro pequenas folhas de papel com misteriosas anotações a lápis: a lista secreta dos amigos e inimigos do jornal que o chefe de redação, Evandro Carlos de Andrade, tão jovem quanto eu, ditou-me em confiança no primeiro dia de trabalho. Quarenta e cinco anos depois, estão mortos, salvo engano, todos os citados, sem exceção.

Com base nessa estranha lista, como classificar, agora, o Diário Carioca no espectro da política nacional? Seria um órgão conservador ou um tanto quanto progressista? Arrisco, a bem dizer, coluna do meio. Ele era contra os dois maiores partidos, tanto o PSD como a UDN, e favorável ao PTB. Apoiava o governo JK, mas se opunha à sua base pessedista no Congresso. Criticava ao mesmo tempo Amaral Peixoto, Jânio Quadros, Ademar de Barros e Carlos Lacerda, que foram por sua vez inimigos entre si. Se na política era atraído pela esquerda, demonstrava na economia um comportamento bem mais contido. A favor dos investimentos estrangeiros e da exportação de minérios, poderia ser chamado entreguista, no jargão da época, embora defendesse na mesma página a Petrobras e a Companhia Siderúrgica Nacional. Em suma, um jornal combativo, de posições ecléticas, tão coerente e incoerente quanto o próprio Brasil.

Mário da Cunha

*O Diário Carioca também foi o responsável pela introdução das siglas no título do jornal, começando por JK.*

Trabalhei no Diário Carioca entre 1950 e 1952 e nessa época, também estava no Jornal do Commercio. O DC foi o jornal mais charmoso do Brasil. Teve o privilégio de lançar o lide, que veio para o nosso país trazido por Pompeu de Souza. Ele trabalhou alguns anos nos Estados Unidos, no jornal Voz da América e se familiarizou, não só com a radiofonia americana, mas também com os jornais.

O Diário Carioca também foi o responsável pela introdução das siglas no título do jornal, começando por JK. Até então, os jornais só publicavam “O Presidente Juscelino Kubitschek”. O DC se empenhou na candidatura do Juscelino, conquistando com isso maior importância, pois sendo um jornal de oposição, ainda não tinha conseguido eleger ninguém.

Como a maioria dos jornais oferecia salários baixos, os profissionais tinham mais de um emprego, ocupando cargos públicos ou em grandes empresas. Com isso, o jornal diminuía os gastos e não alimentava tanta dependência entre o profissional e o jornal. Jornais como O Globo, Diário de Notícias, Correio da Manhã, todos eles tinham seus redatores ocupando excelentes empregos públicos. Lá no DC havia um grupo que trabalhava no governo e outro na câmara de vereadores, de deputados e no senado. Com isso, o jornalista andava no fio da navalha, estava sempre comprometido.

Foi a partir daí que surgiu a expressão “picareta”, o redator/repórter que publicava no jornal notícias de interesse do patrão fora do jornal. Ou, também, se fosse do grupo que evitava que os jornais publicassem notícias contrárias aos interesses desses jornais.

Eu comecei no DC como repórter, cobrindo a área chamada de polícia marítima, que era um setor que obrigava o repórter a acordar às 4 horas da manhã para estar lá no píer para pegar um rebocador que ia ao encontro dos navios. Antes de aportarem, os navios eram submetidos à fiscalização e ficavam parados ao largo da baía. Eu, no lugar do Wagner Teixeira, que tinha se afastado por um período para fazer outra atividade, fiz esse trabalho durante algum tempo. Era interessante porque a gente fazia entrevistas com brasileiros que estavam voltando e também com estrangeiros que estavam conhecendo o Brasil. E eles repetiam sempre aquela mesma expressão que caracterizava toda matéria do pessoal que cobria o Galeão: “O Rio é uma cidade maravilha”.

Depois disso participei da reportagem geral e fui um dos últimos repórteres a sair com um velho fotógrafo, o Cardia, que usava máquina fotográfica a magnésio. Na primeira matéria que fui fazer com ele, levei um tremendo susto porque quando ele disparou o magnésio foi uma fumaceira terrível.

Tive o privilégio de conviver com algumas figuras que se notabilizaram na imprensa brasileira como o Pompeu de Souza, Danton Jobim e o inesquecível Luiz Paulistano, que foi o maior chefe de reportagem da história da imprensa brasileira.

Não sei se o Gilson Campos contou uma história, mas que vale a pena lembrar. Apaixonado pela aviação e excelente fotógrafo, ele cobria todos os shows da esquadrilha da fumaça. Publicou várias vezes no jornal matérias sobre isso. Teve um dia em que não foi trabalhar e o Danton Jobim estava no comando da redação no sábado e, quase na hora do fechamento, sobrou um espaço em branco na página, e era preciso ocupar com alguma matéria. Foi aí que o Danton pegou na gaveta do Gilson uma reportagem sobre a esquadrilha da fumaça, e pronto, pegou o texto e publicou dizendo que tinha acontecido um show no sábado. O Gilson foi apanhado de surpresa e ficou indignado com a publicação da matéria.



## Milton Coelho da Graça

*Em nenhuma outra redação viveu-se tal clima de bom humor, dedicação e total cariquismo.*

O Diário Carioca e eu tivemos uma relação de amor e ódio até o seu fechamento, no dia 31 de dezembro de 1965. No dia seguinte, já comecei a sentir uma serena saudade de tudo que vivi e aprendi desde minha estréia profissional, em 1959, como redator-intérprete de Jeff Thomas e outros estilistas do suplemento Revista da Sociedade, dirigido pelo gozador Jean Pouchard (João Porcada para os companheiros de redação e Mauro Valverde para a família e amigos mais sérios).

O colunismo social estava em seu apogeu e o DC, tendo de enfrentar adversários maiores como O Globo e o Jornal do Brasil, que tinham em suas fileiras as estrelas maiores Ibrahim Sued e Zózimo do Amaral, criou logo um suplemento semanal destinado exclusivamente à frivolidade, às fofocas e à exaltação dos bacanas, próprias de uma cidade que ainda não tinha perdido o jeito de capital da República. Com a recomendação feita por Maurício Azedo de que eu era íntimo tanto da gramática como das teclas das Underwood, Pouchard me introduziu nesse fascinante mundo de fantasia.

Falei logo no início em “relação de amor e ódio” porque fui contratado e demitido três vezes do jornal em seis anos, sempre em circunstâncias fortemente emocionais.

Na primeira, iniciei na redação um quebra-quebra de protesto contra o atraso de quatro meses de salário e impulsionado pelo justo sentimento de pai, que ainda não conseguira, cinco dias depois do parto, ver a primeira filha: a portaria da Maternidade São José era implacável e só permitia entrada de pai ou saída de mãe depois

de comprovado o acerto com a tesouraria. Só os 120 quilos do Hélio Carnaval, a conversa do Araquem e um empréstimo feito pelo assustado chefe de redação, Ascendino Leite, acalmaram meu furor.

Quatro anos depois, no final de 1964, mesmo com esse currículo rebelde e no dia seguinte de meu retorno ao mundo normal, depois de oito meses numa prisão militar, fui admitido imediatamente pelo suave e generoso editor-chefe Zuenir Ventura, que não teve a menor dificuldade para confirmar a contratação com o diretor, Prudente de Moraes, neto, cujos olhos ficaram rasos d'água vendo minha aparência esquelética e ainda com sinais das violências sofridas.

Mas o enorme coração, a solidariedade profissional e um profundo compromisso ético o levavam a abrigar todos os comunistas desempregados – entre outros, Ferreira Gullar e Sérgio Cabral. No meu caso, nem restrições feitas pelo Departamento de Pessoal, nem advertências encaminhadas pela polícia política de que eu respondia a mais de dez inquéritos tiveram qualquer efeito sobre a firmeza do caráter de Prudente, que, anos depois, voltaria a ser comprovada na presidência da ABI, que ele transformou na mais importante trincheira de defesa dos direitos humanos diante da feroz repressão desencadeada por Médici e Geisel.

Mas voltemos ao tema amor/ódio. Meses mais tarde, já sem Prudente e sem Zuenir, Horácio de Carvalho, o Barão de Vassouras, entregou a direção do jornal a Mauritônio Meira. Fernando Leite Mendes, entretanto, desde o primeiro dia mostrou-se empenhado em comprovar que tinha plena autoridade no comando da redação. Uma semana depois, demitiu todo o copidesque, alegando que, ao chegar, ninguém lhe dera “boa-noite”.

O copidesque, dada à debilidade financeira do jornal, estava reduzido a dois redatores: Fernando Pessoa e eu. Mas nem deu tempo de arranjar outro emprego porque o Mauritônio, poucos dias depois, demitiu Leite Mendes e chamou de volta a dupla afastada. E, com isso, acabei vivendo a tristeza do final do DC, sempre com a

certeza de que, se um dia ele voltar a circular, sem nenhuma dúvida, estarei sentado na redação. Porque o Diário Carioca foi uma instituição única no jornalismo de nossa cidade. Em nenhuma outra redação viveu-se tal clima de bom humor, dedicação e total carioquismo.

Jairo Régis, Décio Vieira Otoni, Hélio Pólvora, Geraldo Magalhães, Ari Coelho, Castelinho, José Eduardo Macedo Soares, o escultor-designer Amílcar de Castro e muitos outros grandes nomes do jornalismo ainda povoavam a sobreloja da esquina de Avenida Rio Branco com São Bento, mesmo nos tempos da decadência. Nas épocas melhores, a constelação DC tivera Evandro Carlos de Andrade, Paulo Mendes Campos, Paulo Francis – o espaço é curto e a memória é curta para fazer a lista completa.

Foi um jornal-escola, pioneiro em técnicas de texto e diagramação. E sempre um pouco louco, porque a criatividade, a alegria e a própria natureza da profissão jornalística freqüentemente parecem extravasar os limites da razão, como uma de suas muitas histórias ilustra.

Um grande vazamento na calçada, bem diante da porta do edifício do jornal, foi a principal notícia da primeira página, com foto em quatro colunas mais título e texto veementes de condenação à Prefeitura. No mesmo dia uma equipe apareceu para resolver o problema e o responsável, com um certo constrangimento, mas sorridente, explicou: “Foi uma obra que vocês estão fazendo aqui no jornal que furou o cano”.

Nilo Braga

*Aí está um retrato 3x4 de um jornal e de um jornalismo que os profissionais pragmáticos de hoje chamam de romântico.*

Numa tarde de julho de 1962, na movimentadíssima redação do Diário Carioca, naquele prédio que fica na esquina da Rua São Bento com Avenida Rio Branco, conheci o paraense-carioca Everardo Guillón, também conhecido como o Super XX, pseudônimo que usava para assinar sua coluna, que resolveu me dar uma chance de ser jornalista. Na verdade, ele preferia que eu fosse um atacante do Flamengo, seu time predileto e para o qual dedicava quase toda a sua coluna diária daquele então matutino.

Fiquei no DC até quando fechou, no final de 1965. Convivi, portanto, durante três anos, com os nomes mais ilustres do jornalismo carioca, diariamente. Aprendi muito sobre a profissão que acabara de abraçar.

O Diário Carioca era realmente uma escola. Eu mesmo, muitas vezes, sentei-me ao lado de Jotaefegê (João Ferreira Gomes), de José Ramos Tinhorão ou de Milton Coelho da Graça, para aprender como uma notícia deveria ser redigida. Claro, todos nós já usávamos o lide, que acabou se tornando obrigatório em quase todos os jornais. Mas não era só a forma de escrever as notícias. Eram também as colunas, das quais os outros jornais acabaram criando similares. Maneco Müller, que assinava Jacinto de Thormes, era imbatível com sua coluna social. Mereceu, por isso, registro num antológico samba cantado pelo inesquecível Jorge Veiga. Como crítico de cinema e teatro, Paulo Francis dava banho, esbanjando conhecimento daquelas artes. E na música, alguém poderia avaliar melhor um disco que Tinhorão? Nos esportes, entre tantos especialistas, havia

um campeão olímpico, Ulisses Laurindo, responsável pelo noticiário dos esportes amadores. Até mesmo um barão, o Barão de Siqueira Júnior, falava em sua lidíssima coluna sobre o comportamento da agitada granfinagem carioca.

A redação era um imenso salão, que a partir das 16 horas transformava-se numa espécie de barracão de escola de samba. Era gente trabalhando, gente discutindo, conversando, falando ao telefone, entrevistando, tomando café, fumando ou gritando das janelas para a rua, como fazia o Deodato Maia, secretário do jornal e um inveterado gozador. Enfim, a redação era uma balbúrdia tão grande que seria impossível acreditar que no final daquela confusão toda sairia um jornal. O Diário Carioca tinha um imenso número de leitores, em todas as áreas, principalmente dentro da própria imprensa, que esperava encontrar ali, além dos principais fatos que ocorriam na cidade ou no mundo, alguma novidade que pudesse provocar uma suíte nas suas próprias folhas.

Aí está um retrato 3x4 de um jornal e de um jornalismo que os profissionais pragmáticos de hoje chamam de romântico. As utopias se foram, estamos vivendo o neoliberalismo como pensamento único, com todas as suas perversidades e contradições, e o jornalista atual tem que viver a realidade dos novos tempos que aí estão.

Sem dúvida nenhuma a pessoa mais admirada e respeitada dentro da redação do Diário Carioca do meu tempo era Prudente de Moraes, neto. Um homem alto, um e noventa e tantos de altura, elegantíssimo no vestir, no falar e no gestual. Os amigos do tempo de juventude, como Sérgio Buarque de Holanda e Manuel Bandeira, tratavam-no com um diminutivo carinhoso: Prudentinho.

Costumava chegar à redação no final das tardes. Cumprimentava a todos, desde o porteiro do edifício, estendendo-lhe a mão e perguntando como estava. Da porta da redação até a sala onde ficava a sua mesa, lá no final do salão, ia repetindo o gesto para todos que encontrava, trocando figurinhas com os mais chegados que o

chamavam também de Prudentinho.

Diante da sua mesa, onde apoiava sua pasta negra, tirava o paletó, colocava-o no espaldar da cadeira, dobrava as mangas da camisa, sempre clara, e caminhava até o salão para saborear o café antes de sentar para escrever. Ficava algum tempo no cafezinho trocando idéias com os colegas que logo o cercavam para ouvi-lo.

Seu texto era manuscrito, da forma mais incompreensível possível. Se não me engano, só existia um gráfico capaz de entendê-lo. E esse gráfico ficava aguardando até a chegada da papelada redigida, a bico de pena, pelo mestre Prudente, que assinava com uma vírgula antes do neto, grafado com inicial minúscula.

No dia seguinte, lá estava a sua matéria, clara, sempre inteligente, precisa e muito difícil de ser contestada. Era soberbo em suas afirmações.

Ligado politicamente aos setores conservadores e ao partido político que mais agressivamente os representava, a União Democrática Nacional – UDN – de Eduardo Gomes e Carlos Lacerda, Prudente de Moraes fez nos últimos anos de vida surpreendente inflexão em sua atuação política. À frente da Associação Brasileira de Imprensa – ABI –, cuja presidência ocupava ao morrer, teve desassomburada atuação na defesa dos direitos humanos nos anos 70 e especialmente no caso Vladimir Herzog, jornalista assassinado em 25 de outubro de 1975 nos subterrâneos do DOI-Codi de São Paulo.

Nilo Dante

*Foi um tempo de grandes jornais e grandes jornalistas. De se fazer jornal para leitor, não para editor.*

O Diário Carioca foi um dos símbolos da elegância black & white que predominou no Rio de Janeiro dos anos 50. Os mesmos anos 50, dourados como nunca mais, que produziram Tom Jobim, Vinicius de Moraes, Pelé, Garrincha e a nossa primeira Copa do Mundo.

Produziu-se Brasília, é verdade. Mas, antes dela, em seus últimos tempos de capital, houve um Rio encantador. O Rio dos bondes, da praia e dos campos de futebol. Das tardes de corridas no Hipódromo da Gávea. Da boemia intensa no Centro da cidade. Da vida noturna de uma Copacabana chique, que orbitava a boate Vogue e os shows do Carlos Machado.

Foi um tempo de grandes jornais e grandes jornalistas. Tempo de busca permanente da excelência. De se fazer jornal para leitor, não para editor. Tempo dos grandes repórteres, como o David Nasser e o Joel Silveira. Tempos de Rubem Braga e Rafael Corrêia de Oliveira, no Diário de Notícias. De Carlos Drummond de Andrade, no Correio da Manhã. De Manuel Bandeira, no Jornal do Brasil. De Austregésilo de Athayde, no O Jornal. E de tantos outros gigantes de nosso tristonho ofício, em que a memória não me socorre.

Naquele tempo de grandes descobertas em nossa área e de intensa criação intelectual, nada mais elegante que as crônicas do Antônio Maria e do Paulinho Mendes Campos; que os vigorosos artigos políticos do J. E. de Macedo Soares e do Mestre Prudente (de Moraes, neto); que o humor do Sérgio Porto, a crítica do Antônio Bento, os textos do Armando Nogueira, os títulos do Tinhorão, e a sofisticadíssima coluna do Jacinto de Thormes. Pois, tal qual

me lembro do Diário Carioca, todos eles estavam lá.

Bem!

Os anos 50 marcaram o big bang da mídia brasileira. Nasceram, então, revistas como Manchete; jornais como Última Hora e Tribuna da Imprensa; e a TV Tupi, a primeira do país. Mas o grande acontecimento, no plano da imprensa, foi a pioneira reforma do Diário Carioca, no início da década, e que viria a influir decisivamente na modernização dos jornais brasileiros. Depois dela, muito em consequência dela, veio a ocorrer a grande reforma do Jornal do Brasil comandada por Odylo Costa, filho, e Amílcar de Castro, em 1956.

Até então, os jornais se dividiam em duas vertentes: os matutinos, que iam para as bancas de manhã cedo, e os verpertinos, que circulavam a partir de duas horas da tarde.

Os matutinos, jornais de classe, por assim dizer, só publicavam notícias internacionais na primeira página e as fotos eram uma raridade. Os principais: Diário de Notícias, Correio da Manhã, O Jornal, Diário Carioca, Jornal do Commercio, Jornal do Brasil e Gazeta de Notícias. Os verpertinos eram mais combativos. Abordavam todos os assuntos, com ampla utilização de fotografia. Os principais eram: A Noite, Diário da Noite, O Globo, O Mundo, A Notícia, Folha Carioca, Última Hora, Tribuna da Imprensa.

Ainda nos anos 50, mal saído do serviço militar, lá cheguei pelas mãos generosas de Prudente de Moraes, neto, meu padrinho, para minha primeira e inesquecível experiência em jornal. O Diário Carioca funcionava na sobreloja da Av. Rio Branco 25, esquina da Rua de São Bento. Mudara-se há pouco do moderno prédio da Praça 11 (Av. Presidente Vargas), onde mais tarde viriam a funcionar a Última Hora, de Samuel Wainer, e, posteriormente, a Luta Democrática, de Tenório Cavalcanti.

O chefe de reportagem era o Luiz Paulistano, reconhecido craque do ofício. Entre os repórteres, lá estavam o Evandro Carlos de



Andrade, o Jânio de Freitas, o Octavio "Passarinho" Bonfim, o Carlos Alberto Tenório, o Artur Parayba. Na secretaria, Everardo Guilhón e Deodato Maia. No copidesque (outra novidade do jornalismo americano introduzida pelo Pompeu), lembro-me do José Ramos Tinhorão, do Ferreira Gullar e do Armando Nogueira, mestres insuperáveis do gênero.

Entre as grandes estrelas da casa, havia os articulistas políticos J. E. de Macedo Soares, Prudente de Moraes, neto, e Danton Jobim, os cronistas Antônio Maria, Paulo Mendes Campos, Sérgio "Stanislaw Ponte Preta" Porto, e o Maneco "Jacinto de Thormes" Müller, patrono da crônica social, de quem o inigualável Ibrahim Sued se tornaria o mais notável discípulo.

Que time!

Dele também faziam parte o Carlos Castello Branco, escrevendo sobre política no seu Diário de um repórter, os críticos Décio Vieira Ottoni (cinema), Antônio Bento (artes), Jotaefegê (música popular), Ricardo Galeno (rádio), os colunistas Epitácio Timbaúba (polícia), Everardo Guilhón (esportes) e Luiz "Cabeleira" Reis (turfe). E mais e mais, que o tempo levou...

Das muitas graças que Deus me concedeu na jornada que já se faz longa, conviver e aprender com eles terá sido a mais preciosa.

Renato Jobim

*...ultimávamos o fechamento do jornal ao som dos primeiros acordes de sambas e boleros, vindos do salão ao lado.*

Os 19 anos do Diário Carioca na Praça Tiradentes 77 foram os de maior projeção política daquela pequena e valente folha, que chegou a ser empastelada, em 1931, por tenentes da Revolução de Trinta. Ao lado dos exuberantes Correio da Manhã, Jornal do Brasil, Diário de Notícias, O Jornal, o mirrado de páginas e anúncios Diário Carioca se impunha pela bravura das suas posições.

Toda a talentosa equipe do DC, contudo, estava longe de influir na tiragem do jornal como o fazia sozinho o Mirakoff com seu Diário Astrológico. Certo dia, equivocadamente, a coluna deixou de sair; choveram reclamações dos leitores e o secretário logo providenciou para que o grave descuido não se repetisse.

Freqüentavam a redação, em 1949, o dramaturgo Nelson Rodrigues, atrás do crítico de teatro, os compositores Ismael Silva e Lupicínio Rodrigues, amigos queridos de Moraes, neto, e outros personagens menos cotados, como a curiosa figura do Servo de Deus. O DC e a gafeira Estudantina Musical formavam prédios geminados, de modo que aos sábados, lá pelas dez da noite, ultimávamos o fechamento do jornal ao som dos primeiros acordes de sambas e boleros, vindos do salão ao lado.

Bem próximo à Praça Tiradentes, ali na rua da Constituição, ficava a sede do Diário de Notícias. Alguns de seus redatores e do Diário Carioca jantavam com freqüência numa pensão, o nº 10 daquela rua, e foi nesta pensão familiar que conheci Fernando Segismundo, editorialista do jornal de Orlando Dantas e hoje presidente do Conselho Administrativo da ABI.

Por volta de novembro do mesmo ano de 49, o secretário Wilson de Oliveira mostrou-nos a prova do cabeçalho de um novo jornal que seria lançado no mês seguinte: Tribuna da Imprensa. Wilson, Luiz Paulistano e outros do DC iriam transferir-se para o jornal de Carlos Lacerda (não demorariam, porém, a voltar para a folha da Praça Tiradentes). Cabe aqui lembrar que, poucos anos antes, na campanha eleitoral de 1945 – a da Redemocratização, como se dizia – o Diário Carioca lançou uma série de violentas matérias, manchetes da primeira página, contra o candidato do PCB à presidência da República, Yedo Fiúza. O candidato era chamado de nada menos que “o rato Fiúza”. Autor das estrondosas reportagens: Carlos Lacerda. Ainda na campanha de 1945, o fundador e principal articulista do DC, J. E. de Macedo Soares, foi agredido com um soco no rosto, em pleno dia, na Rua Gonçalves Dias, por um certo Feijó, policial integrante da guarda pessoal do ditador Getulio Vargas – agressão que motivou a visita de desagravo, à direção do jornal, do candidato da UDN (oposição) à presidência, brigadeiro Eduardo Gomes. Como assinalei anteriormente, o DC se comportava como um jornal essencialmente político, de aguerrida oposição ao getulismo.

Fernando Sabino se referiu mais uma vez ao DC, valendo para o final dos anos 40 o que escreveu sobre “os anos dourados” de 1954 a 64: o DC tinha como “maestro o inenarrável Pompeu de Souza, sob cuja batuta nos juntávamos na maior zorra (o espantoso é que o jornal saísse no dia seguinte)”. A relação Pompeu com o DC “foi uma longa paixão”, depôs Carlos Castello Branco. “Dos Estados Unidos ele trouxera a visão da imprensa moderna que iria inspirá-lo a fazer a grande reforma do Diário Carioca, ponto de partida para a modernização da nossa imprensa. Não foi só o lide nem a diagramação vertical (já praticada pelos Diários Associados) que ele introduziu. Quebrou, sobretudo, o formalismo dos títulos e das posturas. Quando o general Eurico Dutra deixou o Ministério da

Guerra, substituído pelo general Góes Monteiro, Pompeu anunciou no alto da página: Sai Dutra, entra Góes. Era uma revolução.”

Guilherme Figueiredo, nas suas memórias recém-publicadas, passeia por aqueles bons tempos: “A redação, resumo das misérias e das nossas, era o nosso parque, o nosso paraíso. (...) Debaixo do meu Éden subia o grilejar dos linotipos, o ronronar sísmico das rotativas, o cheiro calorento de óleo, chumbo e suor – e ali conviviam a alta política e o crime; as donzelas castamente vestidas da coluna social (ah, Gilberto Trompowsky, ah, Marcos André) e os assuntos venéreos apareciam em honrada promiscuidade. E nós, alegres mendigos à cata de notícias e de vales no caixa. E depois de espremer a cabeça até as duas da manhã, a redação se prolongava no botequim, no bife do Universo (ah, Pompeu de Souza!), na Lapa (ah, Luiz Martins!), na Brahma (ah, Carlos Lacerda!), na Taberna da Glória (ah, Prudente de Moraes, neto!)”.

É também com nostalgia que termino este artigo, afirmando que o Diário Carioca foi a reconhecida grande escola de jornalismo e um curso de doutorado em convívio humano.

# Como contar uma história



Foto: Luís Humberto Boletim ABI

Pompeu de Souza,  
criador do *Manual  
de Redação  
do Diário Carioca*.

Os anos 50 foram marcados, em termos jornalísticos, por uma série de reformas importantes na nossa imprensa. A primeira delas no Diário Carioca, por Pompeu de Souza, que, junto com Danton Jobim, arregimentou um grupo de jovens, vindos quase todos de diferentes cursos universitários, para introduzir no Brasil as técnicas de redação originalmente desenvolvidas nos Estados Unidos. Tanto Pompeu de Souza quanto Danton Jobim eram também professores do curso pioneiro de jornalismo que funcionava na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Brasil.

A reforma de redação do Diário Carioca teve como principais características:

- uso do lide – primeiro parágrafo da matéria impressa, onde consta o fato principal ou o mais importante de uma série;
- incorporação progressiva de usos propostos, na literatura, pos-modernistas de 1922, para aproximar a escrita da fala corrente brasileira.

Os redatores do Diário eram leitores de autores modernos, particularmente de Graciliano Ramos, cujo estilo enxuto tomavam como modelo. O manual escrito em 1950 por Pompeu de Souza, que aqui reproduzimos, contém algumas concessões ao espírito da época, que foram sendo modificadas ao longo do tempo, à medida que a evolução dos costumes ia permitindo essas mudanças.

Do Diário Carioca, a nova maneira de redigir migrou – junto com muitos redatores – para o Jornal do Brasil, onde o estilo de texto se fixou, associando-se a uma nova estética gráfica. Mas, só no início dos anos 70, os outros grandes jornais do Rio de Janeiro (como O Globo) e de São Paulo (O Estado de S. Paulo, a Folha de S. Paulo), logo seguidos pela imprensa de todo o país, adotariam algumas das regras de redação lançadas pelo Diário Carioca.

É Pompeu de Souza quem conta para o jornalista Cláudio Mello e Souza, no livro *Impressões do Brasil – A Imprensa brasileira através dos tempos – Rádio, jornal, TV*:

Eu comecei a reforma do Diário Carioca durante o Carnaval de 1950. Estava de folga na Faculdade de Jornalismo e aproveitei para mudar tudo. Os jornais eram todos redigidos na técnica do “nariz-de-cera”, fazendo especulações puramente subjetivas, especulações filosóficas, uma subliteratura. Eu me convenci que não dava mais para você escrever para jornal na base do “nariz de cera”. O leitor acabava por se transformar num corredor de obstáculos. Ele procura parágrafos para procurar notícia, que estava muitas vezes no “pé” da matéria. Implantei o copy desk e redigi aquilo que os americanos chamam de study book e que eu chamei de “Regras de Redação do Diário Carioca”. Inicialmente, as reformas causaram um verdadeiro escândalo. O Lacerda, naquela época, já tinha criado a Tribuna da Imprensa. Ele pegou o study book do Diário Carioca, acrescentou umas piadas ótimas e fez o da Tribuna. Era, praticamente, o mesmo manual. Bem, mas o que eu pretendia era narrar o acontecimento não mais na ordem cronológica nem na ordem lógica, e sim na ordem psicológica, para que tudo ficasse claro para o leitor.

O Osório Borba não me perdoou. Dizia que eu estava deformando o jornalismo e a língua, que estava acabando com o verbo, suprimindo os artigos. O Nelson Rodrigues, que estava naquela altura brigado comigo, passou a me chamar de “o pai dos idiotas da objetividade”. Ele não me perdoava por eu ter suprimido dos títulos o ponto de exclamação. Como a experiência significava vícios, foram poucos os jornalistas que eu pude aproveitar. Foi então que montei um viveiro de “focas”. O Luiz Paulistano, que era chefe de reportagem, um grande sujeito, muito inteli-

gente, funcionou como subamestrador de focas. O meu viveiro foi habitado por “focas” de primeira qualidade: Armando Nogueira, Evandro Carlos de Andrade, Carlos Viana, José Ramos Tinhorão, Jânio de Freitas, Nelson Pereira dos Santos... não, o Nelson veio um pouco depois.

## Regras de Redação do *Diário Carioca*

### Instruções gerais

Escrever sempre à máquina, de um só lado da folha, no papel padronizado e em espaço dois. Começar todas as matérias no meio da folha, numerando, no alto, cada folha. Deixar uma margem de dois centímetros em cada lado da uma, e escrever em cada folha 30 linhas. Escrever uma palavra ou frase representativa do conteúdo da matéria (retranca), no alto da primeira folha imediatamente abaixo do nome do autor.

Usar a palavra “continua”, entre dois parênteses, ao fim de todas as folhas, exceto a última. Usar símbolo X para significar conclusão da matéria e acrescentar X ao número da última folha. Não começar parágrafo novo na última linha da folha.

### Redação

- Ocupar o primeiro parágrafo das notícias com:
  - um resumo conciso das principais e mais recentes informações do texto, esclarecendo o maior número das seguintes perguntas relativas ao acontecimento: o quê?, quem?, onde?, como?, e por quê?; ou:
  - um aspecto mais sugestivo e suscetível de interessar o leitor no acontecimento.
- Só compor de modo diverso o primeiro parágrafo em casos de matérias muito peculiares em que o elemento pitoresco, sentimental ou de surpresa o exija.



- Ordenar o desenvolvimento do resto da notícia pela hierarquia da importância e atualidade dos pormenores.
- Usar parágrafos curtos e evitar palavras desnecessárias, qualificativos, principalmente, tendenciosos, e frases feitas. Só excepcionalmente usar períodos com mais de quatro linhas datilografadas.
- Não começar períodos ou parágrafos sucessivos com a mesma palavra.
- Não usar repetidamente a mesma estrutura da frase.
- Evitar palavras chulas e expressões de gíria não incorporadas à linguagem geral, assim como termos preciosos e frases de conteúdo puramente sensacionalista.
- Ler sempre a própria matéria antes de entregá-la, a menos que o tempo não permita.
- Ler a matéria depois de publicada e reparar nas alterações feitas.
- Em qualquer dúvida, consultar dicionários, enciclopédias ou outras fontes de referência.
- Evitar fórmulas e expressões genéricas sempre que se disponha de informações e pormenores precisos.
- Nos editoriais, partir sempre do acontecimento ou do dado concreto para o comentário. Comentar, de preferência, em cada editorial, um único assunto ou um aspecto comum de mais de um assunto.

### Cabeças

- Contar as unidades gráficas dos títulos (em alguns casos, também de certos subtítulos), de acordo com os padrões estabelecidos.
- Não cortar palavras e, de preferência, não cortar frases de uma linha para outra.

- De preferência, afirmar ou negar no título, evitando ambigüidade da expressão.
- Variar a ordem das sentenças entre os títulos e os subtítulos de uma mesma “cabeça” e entre diversos títulos de uma mesma página.
- Evitar abreviaturas, exceto de uso muito corrente.
- Resumir a matéria ou destacar seu aspecto principal ou mais sugestivo.
- Conter o máximo de informação.
- Evitar palavras desnecessárias (especialmente adjetivos) e frases feitas.
- Conter um verbo, explícito ou implícito; de preferência, na voz ativa no presente ou no futuro.
- Nunca repetir palavras numa mesma “cabeça”; a não ser para efeitos especiais.
- Reduzir o emprego do artigo ao estritamente necessário.
- Evitar fórmulas e expressões genéricas sempre que se disponha de informações e pormenores precisos.
- Refletir o tom da matéria.

## Números

- Escrevê-los com letras de um a dez; com algarismos de 11 em diante.
- Substituir os zeros de números redondos a partir de cem, pelas palavras cem, mil, milhões, bilhões, trilhões etc.
- Usar algarismos para: data, horas, endereços, somas em dinheiro de enunciado muito extenso, resultados de competições esportivas ou eleitorais, telefone, temperaturas, tempo em corridas ou disputas esportivas, licenças de veículos, latitudes e longitudes, votos, rateios de apostas, idades, porcentagem, distâncias e dimensões.

- Não usar algarismos em começo de período.
- Evitar, o quanto possível, algarismos nas “cabeças” de matéria.
- Quando se tratar de uma seriação numérica escrever todos os números com algarismos.
- Escrever com algarismos todos os números em estatísticas e tabulações.
- Escrever com letras as frações, exceto quando precedidas de algarismos.

### Tratamento

- Preceder os nomes próprios de pessoas salvo nas “cabeças” e legendas pelas abreviaturas “sr.”, “dr.”, “sra.” e “d.” Exceção para as figuras históricas e aquelas cuja notoriedade o dispense, a juízo dos elementos da direção.
- Omitir estas abreviaturas sempre que o nome venha precedido de algum título honorífico, hierárquico ou de função.
- Restringir aos médicos, quando no exercício de sua função, o título de “dr”.
- Usar por extenso o nome usual das pessoas quando apareçam pela primeira vez numa matéria, permitindo-se, nas vezes subsequentes, o emprego apenas de sua parte mais característica. Exceção para as figuras históricas e as de notoriedade reconhecida pelos elementos da direção.

### Maiúsculas

- Usar maiúsculas:
  - nos nomes próprios em geral;
  - nas regiões e divisões político-geográficas, quando usadas como nomes próprios;
  - nos títulos de função, apenas quando figuram em vez ou depois dos nomes próprios: “O Presidente da República”,

- ou “o general Eurico Dutra, Presidente da República”, mas “o presidente Eurico Dutra”;
- nas primeiras e principais palavras dos títulos de livros, peças de teatro, fitas de cinemas, conferências, artigos de períodos em geral etc.;
- nas denominações de atos legislativos: “Código Civil, Lei de Imprensa, Lei de Segurança”;
- nos nomes dos órgãos do poder público federal, estadual ou municipal, assim como nos das repartições e entidades públicas e particulares em geral;
- nos pontos cardeais, quando designem regiões do mundo ou do país: “as nações do Ocidente, as secas do Nordeste”;
- nos nomes de institutos de ensino e de cursos regulares, mas não nos de matérias: “Faculdade de Filosofia”, “Curso de Física”, mas “física”; nos designativos Vice, Sub- etc. — quando ligados a títulos de função em maiúsculas (nunca, porém, o designativo ex-);
- no designativo Assistente, quando suceda ao substantivo do título da função: “Secretário de Estado Assistente”, mas “assistente do Secretário Geral”.
- Não usar maiúsculas:
  - nos nomes auxiliares, quando não integrem o nome próprio: “o colégio La Fayette”, mas o “Instituto Lafayette”;
  - nas abreviações, exceto quando constituídas por iniciais;
  - nos nomes de estudos em geral;
  - nos nomes científicos de plantas e animais;
  - nos nomes comuns que foram originalmente nomes próprios ou deles derivam: “ampere-byroniano”;
  - nos nomes de acidentes geográficos, desde que não façam parte o nome próprio: “restinga de Marambaia”, mas “Cabo Frio”;
  - nas expressões “em exercício”, “interino” ou outras que indiquem circunstância eventual do título de função.

## Abreviações

(Em caso de dúvida, não abreviar.)

- Abreviar:

- os títulos dr., prof., Ex<sup>cia.</sup>, S. S.(Sua Santidade), sr., sra., d., mme., mle., (nos demais, só em “cabeças”), apenas quando seguidos do nome próprio respectivo;
- n. (número) quando seguidos imediatamente de algarismos; S. apenas quando a forma for São, nunca quando for Santo: “S. Paulo”, mas não “S. Agostinho”;
- & apenas em nomes de firmas comerciais;
- designações comuns de pesos e medidas quando ocorrerem repetidamente na matéria; nomes de partidos políticos, de repartições ou entidades que se tenham tornado mais conhecidos pela abreviatura que pelo nome por extenso;
- jr.: quando usado em seguida ao nome;
- ap. (apartamento): apenas nos endereços.

- Não abreviar:

- a palavra cruzeiro, exceto em tabelas;
- pontos cardeais, exceto quando integrando uma indicação numérica;
- nomes de cidades, estados ou países, exceto URSS, EEUU ou EUA., este último apenas em “cabeças” ou seguido a um nome de cidade ou estado;
- Rua, Praça, Avenida — exceto em citações completas de endereço;
- endereços: Suprimir a indicação “n.”. e indicar, sempre que necessário, o bairro: Praça Eduardo Rego, 28, Grajaú”.

## Pontuação

- Vírgula:
  - Usá-la, mesmo em título, sempre que o sentido seja dúbio e a vírgula o esclareça.
  - Para separar vocativos, títulos e apelidos, quando estes sucedam o nome.
  - Quando um adjunto adverbial inicia uma oração separá-lo do que se segue com uma vírgula.
  - Quando uma oração terminada em verbo venha imediatamente seguida, por outro verbo, ou advérbio modificando o verbo, separá-los por uma vírgula: “o que quer que seja, serve”, ou “o que seja, não serve”.
  - As intercalações em geral serão encerradas entre vírgulas — salvo as muito extensas, nas quais se usarão traços.
  - Usar vírgulas entre as partes de sentenças compostas que não se liguem por partículas de ligação.
  - Usá-las nas enumerações em geral.
  - Não usá-las nas expressões numéricas escritas por extenso: “Mil quinhentos e vinte e dois”; e não “Mil quinhentos, e vinte e dois”.
  - Usá-las separando sucessivos adjetivos ou advérbios que modifiquem a mesma palavra na frase.
  - Usá-las nos resultados de quaisquer pleitos: “Botafogo, 5; Vasco, 2”; “Milton Campos, 5.235.672; Ademar de Barros, 2.321.473”.
- Ponto e vírgula:
  - Usá-los entre orações coordenadas não separadas por conjunções quando o uso da vírgula se preste a ambigüidades.
  - Em todas as enumerações em que haja vírgulas no interior das partes enumeradas: “sr. Otávio Tirso, senhora e filhos; sr. Jacinto de Thormes e senhora”.

- Para separar os concorrentes no resultado de uma disputa:  
"Botafogo, 4; Fluminense, 1".
- Dois pontos:
  - Usá-los para introduzir uma citação direta.
  - Para introduzir uma enumeração: "Os vitoriosos foram: Botafogo, América, etc."
  - Para introduzir uma resolução: "Resolve: ..."
- Traço:
  - Usá-lo em todas as citações diretas de entrevista.
  - Entre o nome do entrevistado e sua declaração, toda vez que se trate de uma sucessão de entrevistas breves: "José Lira — Nada tenho a declarar".
  - Em todas as passagens dialogadas, precedido da indicação nominal do interlocutor apenas e sempre que se trate de mais de dois interlocutores.
  - Usá-lo para indicar uma expressão interrompida: "Acho que — ..."
  - Para interromper uma citação direta: "A questão — prosseguiu o entrevistado — é sobretudo..."
  - Para indicar intercalações mais fortes que as das simples vírgulas.
  - Usá-lo antes da parte final de uma oração longamente interrompida por intercalação: "As forças que combateram a noroeste da cidade e asseguraram a posse da mesma na luta — foram agora retiradas para a retaguarda".
- Parênteses:
  - Evitar o parêntese.
  - Quando usá-lo, pontuar o restante do trecho como se o parêntese e a expressão nele contida não existisse.
  - Usá-lo para indicar sumariamente o partido, o estado de um congressista, um político etc.: "Afonso Arinos (UDN Minas)".
  - Para dar indicações explicativas estranhas ao texto de

uma citação.

- Usar meio parênteses: ao enumerar, com algarismos ou letras, as partes de uma enumeração: "os principais assuntos examinados foram 1º) o equilíbrio orçamentário".

• Ponto:

Omiti-lo:

- Nas "cabeças" (substituí-los, nesse caso por ponto-e-vírgula ou por traço).

- Nas legendas de um único período.

- Nos milhares indicativos do ano.

- Nas numerações de parágrafos.

- Nos algarismos romanos.

- Nas letras usadas em fórmulas.

Usá-lo:

- Em todas as abreviaturas, exceto as de instituições mais conhecidas pelas iniciais que pelo nome: Saps, Sesc.

- No final de uma expressão entre parênteses, desde que esta represente um período completo: "(Outras notícias na página 5)".

- Fora do parênteses, quando o período termina por uma expressão entre parênteses: "...uma vez que se tratava de morte natural (de acordo com a versão da polícia)".

- Usar reticências para indicar omissão de uma matéria implicitamente citada.

• Aspas

Usá-las:

- Em todas as citações diretas, salvo quando estas venham indicadas por traços.

- Nos títulos de livros, quadros, estátuas, peças de teatro, conferências, artigos de periódicos em geral, músicas etc.

Omiti-las:

- Nos nomes de personagens, nos apelidos de pessoas, assim como no nome de animais em geral.



- No começo de cada parágrafo de uma citação, mas no fim apenas do último parágrafo.
- No emprego de palavras em significados que não os correntes, nas gírias não incorporadas à linguagem geral, nos apelidos ou em palavras de ocasião pela primeira vez usada na matéria, dispensando-se as aspas nos aparecimentos subseqüentes.
- Incluir dentro das aspas apenas dois sinais de pontuação que pertençam à citação.
- Quando se cite uma citação, usar aspas simples na citação intercalada.
- Usar aspas simples igualmente nas “cabeças”.
- Usar aspas sempre que o trecho citado seja composto no mesmo tipo e medida da matéria que o contém. Evitá-las quando a citação seja composta em tipo e medida especiais.



## Bibliografia

- BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica: História da imprensa brasileira*. São Paulo: Editora Ática, 1990.
- BOTELHO, Denilson. *A pátria que quisera ter era um mito: o Rio de Janeiro e a militância literária de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural da Secretaria Municipal das Culturas, 2002.
- CARVALHO, Luiz Maklouf. *Cobras criadas*. São Paulo: Editora Senac, 2001.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de; GUIMARÃES, César; VIANNA, Luiz Werneck. Artigos in: *República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001.
- MELLO E SOUZA, Cláudio. *Impressões do Brasil: A imprensa brasileira através dos tempos – Rádio, jornal, TV*. Iniciativa cultural do Grupo Machline, 1986.

### Sites consultados:

- [www.copacabana.com](http://www.copacabana.com)
- [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)

Este livro foi composto em Garamond, corpo 12/16, abertura de capítulos em Garamond Bold, corpo 25, títulos em Garamond Bold, corpo 16, subtítulos em Garamond Bold, corpo 13. Miolo impresso em papel *offset* 90gr/m<sup>2</sup> e capa em cartão supremo 250gr/m<sup>2</sup>, na Imprinta Gráfica e Editora, em novembro de 2003.